

-----ATA N.º 5-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS-----

-----Aos catorze dias do mês de maio de 2020, pelas 21.00h reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício do Teatro Cine de Torres Vedras, assegurando o cumprimento das normas em vigor de afastamento físico resultantes da pandemia COVID-19, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- 1 - Proposta n.º 1/CM/2020 - 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Torres Vedras, para 2020 - Ratificação;-----

----- 2 - Proposta n.º 21/CM/2020 - 2.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Município de Torres Vedras de 2020;-----

----- 3 - Proposta n.º 22/CM/2020 - Compromissos plurianuais – Delegação no presidente da câmara – Câmara Municipal de Torres Vedras e Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;-----

----- 4 - Proposta n.º 2/AM/2020 – Informação do Presidente de Câmara, acerca da atividade municipal, incluindo informação sobre a Pandemia COVID-19, no concelho de Torres Vedras e situação financeira do município;-----

----- 4.1 - Informação sobre competências delegadas:-----

----- 4.1.1 - Proposta n.º 3/AM/2020 - Tomada de conhecimento de cedências de parcelas de terreno para afetação ao domínio público (autorização genérica da AM de 9/11/2018);-----

----- 4.1.2 - Proposta n.º 4/AM/2020 - Tomada de conhecimento de apoios a freguesias (autorização genérica da AM de 30/11/2018);-----

----- 5 - Proposta n.º 2/CM/2020 - 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2020;-----

----- 6 - Proposta n.º 16/CM/2020 – Autorização para empréstimo de médio/longo prazos para financiamento da construção da Escola Básica do Ramalhal, até ao montante de €5.170.000,00; --

----- 7 - Proposta n.º 3/CM/2020 - Autorização para assunção de compromisso plurianual - Empreitada de reabilitação de reservatórios - 1.ª fase – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;-----

----- 8 - Autorização para repartição de encargos:-----

----- 8.1 - Proposta n.º 5/CM/2020 - Fornecimento de misturas betuminosas AC 14 Surf ligante (BB) e AC 14 Reg ligante (BC), ao abrigo do Acordo Quadro n.º 7/2018 – Central de Compras da OesteCIM;-----

----- 8.2 - Proposta n.º 17/CM/2020 – Fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em baixa tensão normal (BTN), baixa tensão especial (BTE) e média tensão (MT) – Lote 4 – agregado, ao abrigo do acordo Quadro n.º 4/2018 da OesteCIM - Ratificação;-----

----- 9 - Proposta n.º 6/CM/2020 - Alteração dos estatutos da AMAGÁS - Associação de Municípios para o Gás;-----

----- 10 - Proposta n.º 7/CM/2020 - Autorização para a adesão do Município de Torres Vedras à Rede Artemrede – Teatros associados; -----

----- 11 - Proposta n.º 8/CM/2020 - Tomada de conhecimento da decisão de dissolução - HyER - Hydrogen Fuel Cells and Electro-mobility in European Regions) - Associação europeia para as células de hidrogénio e de combustível e a mobilidade elétrica;-----

----- 12 - Proposta N.º 9/CM/2020 - Nomeação do Conselho Municipal de Educação;-----

----- 13 - Proposta N.º 10/CM/2020 - Designação do júri do procedimento concursal para o cargo de Diretor-delegado dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento; -----

----- 14 - Proposta N.º 11/CM/2020 - Alteração ao Plano Diretor Municipal de Torres Vedras para adequação ao regime extraordinário de regularização das atividades económicas (RERAE);-----

----- 15 - Proposta N.º 12/CM/2020 - Ratificação da declaração de Interesse Municipal para equipamento/serviços de apoio à 3.ª idade – Casal Chofral - União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, requerida por Maria Lucília Bernardes Gomes – Processo IP 79/2019; -----

----- 16 - Proposta N.º 13/CM/2020 – Ratificação da declaração de Interesse Municipal para construção de parque verde – Casal do Feno – Freguesia de São Pedro da Cadeira requerida por Freguesia de São Pedro da Cadeira – Processo OM 14/2019; -----

----- 17 - Proposta n.º 15/CM/2020 – Processo de Transferência de Competências para os Órgãos Municipais no domínio da segurança contra incêndios – Lei n.º 123/2019 de 18/10 que altera o Decreto-Lei n.º 220/2008 de 12/11;-----

-----Presidiu o presidente da Assembleia Municipal José Augusto de Carvalho, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (primeiro secretário) e Ana Rita Vilela Ribeiro (segundo secretário).-----

---- Estiveram presentes os deputados municipais:-----

---- Rita João de Maya Gomes Sammer, Pedro Miguel Sousa Nunes Castelo, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Rui José Prudêncio, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Marta Filipa Sousa Geraldês, Maria Leonor Marques Marinheiro, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, João António Florindo Rodrigues, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Rui Pedro Avelar Lopes, Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques, Maria Manuela Hortas Silva Pacheco, Ana Isabel Marques Fiéis, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim Espírito Santo, Carlos Alberto Alves Gomes, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luís, Nuno Carlos Lopes Pinto, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins e Artur Alexandre dos Santos Narciso.-----

----- Estiveram ainda presentes o presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os vereadores, Marco Henriques Claudino, Laura Maria Jesus Rodrigues, Ana Brígida Anacleto

Meireles Clímaco Umbelino, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas e Maria João Pinto Correia.-----

----- Nos termos do n.º 2 da Lei n.º 1-A/2020, a realização pública da presente sessão está suspensa, sem prejuízo da sua gravação e colocação no sítio eletrónico da Assembleia Municipal. -----

----- Período Antes da Ordem do Dia: -----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:-----

----- O primeiro secretário, leu a correspondência recebida pela mesa, tendo os documentos sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro de atas.----

-----Anota-se que foram numerados documentos 5 que a seguir se indicam:-----

DOCUMENTO 1: -----

----- Ofício número 2078/2020, do gabinete do Primeiro-Ministro, de 6/03/2020 a acusar a receção da moção “Por um metropolitano de Lisboa em benefício dos torrienses”, endereçada por esta Assembleia Municipal, bem como de informar que a mesma foi encaminhada, em razão da matéria, para o gabinete do Ministro do Ambiente e da Ação Climática.-----

DOCUMENTO 2: -----

----- Ofício número 2649218-008, da Infraestruturas de Portugal, S.A., a informar que relativamente à moção de protesto “Pelos condições do pavimento IC11 - EN8-2, remetida por esta Assembleia Municipal, está a preparar uma intervenção no âmbito da conservação corrente, dirigida ao pavimento da EN8-2 e à execução de nova marcação horizontal, durante o corrente ano. -----

DOCUMENTO 3: -----

----- Ofício número 1514, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 17/04/2020 a dar conhecimento que o Executivo Municipal em sua reunião de 14/04/2020, com base na informação n.º 15 da divisão de cultura património cultural e turismo, deliberou ratificar o despacho da vice-presidente da Câmara Municipal, através do qual concordou com 1 - “A suspensão da implementação do regulamento Municipal de atribuição de apoios relativamente aos apoios da cultura a concretizar no ano de 2020, incluindo a fase para a apresentação de pedidos de apoios pontuais em curso, mantendo-se os prazos referentes aos apoios a aplicar em 2021” e 2 - “ A manutenção em vigor da necessidade de inscrição *online* no registo municipal de entidades, como condição prévia necessária para acesso aos apoios municipais.” -----

DOCUMENTO 4: -----

----- E-mail do Grupo Parlamentar do PEV, de 24 de abril a enviar para conhecimento pergunta ao governo sobre “Medidas e apoios para o movimento associativo popular”.-----

DOCUMENTO 5: -----

----- Ofício número 1898, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 13/05/2020 a remeter respostas remetidas pelo presidente da Câmara aos munícipes na sequência do uso da palavra nas sessões

ordinária de dia 20 de fevereiro e extraordinária de 3 de março. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida. -----

---- O primeiro secretário informou que em substituição do deputado municipal, Jacinto Leandro e no sentido de assegurar a representação proporcional do seu grupo municipal encontrava-se presente, Artur Narciso. -----

**PANDEMIA – COVID-19 – CONFINAMENTO – MEDIDAS – TRANSPORTES – EDUCAÇÃO
AÇÃO SOCIAL – SAÚDE E ASSUNTOS VÁRIOS:** -----

---- O *deputado municipal Luís Carlos Lopes* começou por assinalar que estão numa sessão com diferentes cuidados de segurança, no meio de uma pandemia, e nesse sentido em nome do PSD queria reiterar o seu discurso do 25 de abril. -----

---- Assim, com sentido de estado e colaboração vigilante como tem sido apanágio do PSD na vereação e em termos nacionais, deu nota que nesta situação de pandemia, e tendo a perceção que o mundo mudou e ainda está a mudar, há determinado tipo de paradigma que têm que mudar, nomeadamente não serem possíveis voluntarismos, nem decisões repentistas, das quais se venham a arrepender. -----

---- Sabem que neste momento ainda há um conjunto de infraestruturas físicas para fazer, nomeadamente escolas, mas não se pode pensar só neste capítulo, há que ter em conta as necessidades em termos de ação social, das empresas do concelho e sobretudo dos concidadãos. -----

---- A disponibilidade física, tantas vezes aqui veiculada pelo edil acaba em determinado momento, já que todos têm fraquezas. -----

---- Sendo assim opinou que não é mais possível, como ocorreu recentemente, fazer nomeações de pessoas que tiveram percursos simpáticos, foram candidatos a câmaras da região, foram diretores de institutos politécnicos e inclusive candidatos a este órgão no último mandato, a cargos de gestão ou de coordenação de estudos sobre o hospital do Barro, surgindo agora como os grandes responsáveis. -----

---- Nada tem contra as pessoas, mas há necessidade de pensar diferente. -----

---- Assinalou que nada mais vai ser como dantes, tudo vai ficar bem, sendo este um registo que preconiza para todos, PDS em Torres Vedras, nacional e a para a Câmara Municipal de Torres Vedras. -----

---- No que se refere à abertura da época balnear alertou que devem evitar precipitações, uma vez que as regras ainda estão a ser definidas pela tutela. -----

---- Reafirmou o seu alerta que o paradigma de funcionamento que a autarquia teve até agora não poderá ser o mesmo. -----

---- O *deputado municipal Rui Lopes* interveio no sentido de enaltecer os Presidentes das Juntas de freguesia do concelho que fizeram e continuam a fazer um trabalho surpreendente com as suas

equipas em conjunto a Câmara Municipal e a Proteção Civil, que ainda não acabou.-----

---- Foram eles que estiveram na linha da frente e apesar de saber que a pandemia não acabou ainda, era tempo de expressar um grande agradecimento e incentivo para continuarem com essa força e coragem, a dar a cara pelos torrienses.-----

---- Disse que esta crise sanitária veio colocar a Europa e o mundo num grande momento de instabilidade e incerteza e por isso o grupo municipal do PS pretendia recordar duas datas recentes que marcaram valores e princípios e que hoje fazem refletir sobre a solidariedade que tanto precisam e que aparentemente não tem dominado na União Europeia. -----

---- Referiu-se concretamente ao dia 8 de maio, em que foi assinalado os 75 anos da vitória aliada sobre o nazismo na Europa e posterior fim da 2.ª guerra mundial. -----

---- Anotou que se passaram 75 anos de um projeto político orientado para a paz, democracia e prosperidade, onde a solidariedade entre países com projetos como o plano de Marshal, fizeram reerguer uma Europa democrática, a mesma europa que hoje volta a passar por enormes desafios, diferentes na causa, mas onde a equidade e justiça social prevalecem. -----

---- Assinalou também os 70 anos da declaração Schuman celebrado no passado dia 9 de maio, o dia da Europa.-----

---- Anotou que esta data, tendo sido anunciada como os 70 anos de solidariedade, é lembrada como um ato de união entre governos que continuavam a braços com a devastação causada pelo fim da 2.ª guerra mundial. -----

---- Citou de seguida a seguinte declaração: “A europa não se fará de uma só vez, nem de acordo com um plano único, far-se-á através de realizações concretas que criarão antes de mais uma solidariedade de facto”, para reforçar que esta é a mesma solidariedade que foi posta à prova com o início da pandemia e que acabou por demonstrar que virarem-se para dentro não é solução no combate aos impactos económicos e sociais provocados pelo COVID-19.-----

---- Por último referiu que no próximo dia 12 de junho fará 35 anos que dois europeístas convictos - Mário Soares e Filipe Gonzalez - assinaram o tratado de adesão de Portugal e Espanha à CEE, para lembrar que à data preocupava a Mário Soares a falta de unidade europeia e o receio por nacionalismos e xenofobias, mantendo-se alguns destes receios volvidos tantos anos.-----

---- Saliu a ser fundamental haver união e solidariedade pois assim se constroem respostas robustas e atempadas e os desafios do presente constituem uma oportunidade para visitar o que os une: a construção de uma europa igualitária e coesa. -----

---- Deu nota que Torres Vedras tem sido um exemplo de como “pensar global é agir local”, sendo prova disso mesmo os últimos meses em que todos presenciaram gestos solidários e de voluntariado para que todos possam ficar bem. -----

---- Sinalizou que os torrienses têm sido incansáveis na sua capacidade de organização e

comunidade, demonstrada através do fabrico artesanal de mascaras de proteção, ações de recolha de bens alimentares, iniciativas de voluntariado em acompanhamento de lares, ou com entrega de bens alimentares a quem mais precisa. -----

---- Concluiu dizendo que são apenas alguns exemplos que demonstram que estão no caminho certo e por isso oxalá muitos mais o façam. -----

---- O *deputado municipal Nuno Henriques* disse quealaria de dois temas lhe parecem pertinentes nesta altura de pandemia referindo-se concretamente à questão dos transportes públicos de Torres Vedras que no seu entender é preciso repensar, pois segundo lhe consta a higienização não está a ser feita pela empresa Barraqueiro aos fins de semana. -----

---- No seu entender as casas de banhos dos profissionais desta empresa também devem ser salvaguardadas nesta vertente e seria de bom senso a autarquia disponibilizar os seus meios e funcionários para esse efeito. -----

---- Lembrou ainda que os transportes públicos transportam muitas pessoas e em algumas carreiras o número de passageiros permitidos é ultrapassado o que pode propiciar a transmissão do vírus.--

---- No que concerne aos transportes urbanos, questionou o que está equacionado a nível das carreiras, horários e percursos já que há locais onde fazem mais falta que noutros, tendo já no horizonte a questão dos transportes escolares, que também merece muita reflexão. -----

---- Considera também que neste momento de pandemia a ação social e a psicologia são áreas fundamentais para a autarquia, nas quais deve ser ativa e não limitar-se a dar alimentos às pessoas, sendo preciso ter a noção que há muitas pessoas entre os 30 e os 50, que estão em casa, deprimidas e a sofrer.-----

---- Nesta sequência acha necessário repensar os gastos que a autarquia faz para haver sustentabilidade, dando como exemplo 20 mil euros, para adquirir mobiliário e mais de meio milhão de euros na revista municipal, nos últimos dez anos. -----

---- A *deputada municipal Leonor Marinheiro* começou por anotar que neste período imprevisível e conturbado têm constatado que de facto valores, circunstâncias e pessoas aparecem sob uma rede de significação que se entrelaçam e contribuem para responder a esta crise violenta que a todos ameaça. -----

---- Não querendo esquecer todos os que se encontram na linha da frente no combate à epidemia enalteceu os profissionais de educação, professores e pessoal não docente na dedicação incondicional neste tempo de confinamento que exige a reinvenção de práticas pedagógicas.-----

---- Frisou que a necessidade do ensino à distância remeteu para a obrigatoriedade da utilização de ferramentas, apanhando desprevenidos muitos dos profissionais que não dominando estas tecnologias informáticas, tiveram que se adaptar socorrendo-se como nunca de práticas colaborativas entre pares e não só e que têm sido imprescindíveis. -----

----- Salientou que nenhum aluno ficou para trás. -----

----- Enalteceu ainda a colaboração da Câmara Municipal com os agrupamentos de escolas, pois através do programa municipal extraordinário no âmbito da Covid 19, “Escola em Casa” a autarquia disponibilizou a título de empréstimo 356 computadores e tablets pelas sedes de agrupamentos, 340 disponibilizados pelo município, 250 adquiridos para o efeito, 500 hot spots com acesso à internet durante 3 meses, serviço de refeição take away a jovens identificados com carências, serviços educativos que desenvolvem atividades através de vídeos disponíveis no site, bem como as atividades de enriquecimento curricular e ainda o acolhimento de crianças cujos pais têm profissões essenciais. -----

----- Por último e sem saber o que o futuro lhes reserva considerou fundamental que a tutela continue a assumir orientações com regras claras de forma a que as escolas se organizem e desenvolvam respostas atempadas e adequadas. -----

----- O *deputado municipal João Rodrigues* disse que o BE teve conhecimento através da comunicação social que a Câmara já dispõe de um plano de acesso e utilização das praias do concelho para a próxima época balnear. -----

----- Questionou a veracidade desta informação e esclarecimentos sobre como pretende controlar os acessos e a permanência dos veraneantes nas praias, uma vez que desconhecem qualquer plano específico que prepare e acautele a época balnear que se avizinha. -----

----- A *deputada municipal Maria Manuela Pacheco* reafirmou que o país tem atravessado horas de incerteza, pânico e amargura, ameaçado por uma guerra surda em que o elemento acusador tem como característica, além de ser invisível, ser desconhecido da humanidade, o que aumenta a vulnerabilidade de todos. -----

----- Disse que respeitaram escrupulosamente as orientações das autoridades de saúde e do governo e estoicamente o país manteve-se recolhido numa atitude solidária e compreensível. -----

----- Assinalou que no concelho a atitude tomada foi de rapidez e assertividade organizativa o que os fez acreditar que não estavam sós na tempestade e em conjunto, setor a setor, foram tomadas as medidas acertadas e profícuas para conseguirem o êxito pretendido. -----

----- Na saúde pode testemunhar como uma articulação entre parceiros tem sido efetiva e útil, em que nenhum doente ficou sem a sua medicação crónica ainda que o seu centro de saúde tenha encerrado temporariamente, estando a renovação da prescrição a ser promovida pelas farmácias comunitárias. -----

----- Também nenhum utente teve de interromper a sua quarentena para aquisição dos medicamentos pois eles chegam sempre atempadamente aos seus domicílios e nenhum paciente teve de se deslocar ao seu hospital de referência para rececionar a sua medicação específica, pois, a mesma está a ser recebida na farmácia comunitária eleita pelo utente. -----

-----Frisou ainda que têm sido promovidas consultas médicas remotas respondendo às necessidades e cuidados primários de saúde dos cidadãos, o que contribuiu para a manutenção do confinamento aconselhado.-----

-----Deu nota que na hora da emergência foi dada às farmácias confiança e reconhecida a capacidade e o papel de parceiros ativos na saúde, as quais tiveram as portas sempre abertas ainda que adaptadas a novas realidades.-----

-----Mencionou o saudoso António Arnaut, que onde estiver sentirá certamente orgulho no legado deixado a este país - o SNS - desvalorizado por muitos, desapoiado por outros e que mesmo decrépito como chegou a ser apelidado, tem provado o quão importante é para a população de Portugal, sendo um dos pilares fundamentais que um Estado social pode oferecer aos seus cidadãos.-----

----- Referiu que não tendo sido a prioridade de muitos dos anteriores governos, esta crise evidenciou a necessidade de aposta no SNS tornando-o mais sólido e robusto.-----

----- Por tudo o exposto Portugal está a ser um país de referência onde os valores contabilizados e apresentados se encontram felizmente muito aquém de países vizinhos, mesmo da maioria dos países mais fustigados pelo COVID 19.-----

----- Salientou que nada disto foi feito sem o apoio incondicional de todos os representantes do setor do concelho, médicos farmacêuticos e enfermeiros, pessoal administrativo e auxiliar de saúde, agentes do setor social, bombeiros e agentes de segurança, juntas de freguesia e seus colaboradores, IPSS, todos os que mantêm a limpeza na cidade, que presencial ou remotamente, sempre em articulação estiveram presentes para resolver na hora os problemas com que se depararam.-----

----- Lembrou que ao dia de hoje são mais de 3000 os profissionais de saúde que já foram infetados e que diariamente têm a informação atualizada do efeito do esforço de todos.-----

----- Assim a todos quer agradecer, penalizando-se desde já se não mencionou alguma entidade e na pessoa de cada presidente de junta aqui presente.-----

----- Numa nota final reforçou o papel do presidente da Câmara Municipal e Vereadores foram os timoneiros que nunca deixaram os barcos à deriva fazendo questão de os manter sempre à tona, orientados e no caminho certo.-----

----- Reforçou que ainda têm muito caminho pela frente e nunca baixarão os braços pois esta guerra está longe de estar ganha. Irão vencendo batalha a batalha e estão sempre disponíveis para continuar na linha da frente.-----

----- Sabe que irão estar juntos na bonança e por isso que confiaram, confiam e confiarão neles.---

----- O *deputado municipal* **Sérgio Jacinto** deu nota da maneira estranha como todos se encontravam hoje na sala, recordando que há 3 meses atrás na última reunião deste órgão, estavam

longe de pensar ou sequer admitir o maior pesadelo que seria estar o mundo inteiro a viver os dias que correm, deixando por isso um especial cumprimento a todos os presentes. -----

----- O *deputado municipal* **Pedro Castelo** começou por agradecer a todos os que os têm protegido, assinalando que apesar de infeliz e de ter sido o maior sacrificado, o povo português teve um comportamento meritório -----

----- Sobre a pandemia e seus efeitos comparados com outros países da Europa, tem noção que o povo português andou bem, andando sempre à frente do governo e das entidades públicas no que se refere às medidas a tomar. -----

----- Foi todo o povo português o vencedor até agora desta batalha, que ainda não é uma guerra ganha. Foram os cidadãos deste país que apesar de haver algumas infelizes exceções têm tido um comportamento meritório, em relação aquilo que é exigido perante uma pandemia deste género.

----- A *deputada municipal* **Rita Sammer** disse que o facto de hoje estarem reunidos no Teatro Cine marca o voltar à “normalidade” que vão ter de enfrentar nos próximos tempos. -----

----- Disse perceber o tom ainda muito pesaroso da sala, mas têm que introduzir algum ânimo e dar passos em frente, para combater esta guerra complexa que não está ganha, pois, as surpresas podem ainda acontecer, sendo certo que não podem reduzir, confinar e encolher eternamente. -----

----- Têm que avançar porque há mais vida e a vida, só pelo facto de cá estarem, deve por si só ser celebrada. -----

----- Assim referiu que pelo facto de a produção hospitalar voltar à sua normalidade não podem eternamente continuar focados só na COVID, até porque já perceberam que vão pagar cara a fatura - embora necessária-, de terem circunscrito a atividade hospitalar a essa questão. Neste seguimento questionou para quando a autorização do ministro das finanças para o lançamento do concurso para as obras da urgência do hospital, recordando que as obras estavam previstas para janeiro, em fevereiro assinaram o protocolo já com atraso e não há notícias sobre este assunto. -----

----- O *presidente da Câmara* em resposta ao deputado municipal Luís Carlos Lopes afirmou que é um presidente responsável que com a sua equipa tem dado o melhor dentro do modelo de governança delineado para o município. -----

----- Em relação às praias informou que no dia seguinte iria reunir com os concessionários, mas adiantou que época balnear na costa torriense iria ser reduzida por prevenção e segurança nas praias. -----

----- Acrescentou que vão ter vigilância, para que as pessoas se sintam seguras com a liberdade possível, e face ao estado de calamidade que o país está a atravessar irão tentar encontrar os melhores mecanismos para que a época balnear decorra dentro da normalidade, num concelho que tem 12 praias com bandeiras azuis, praias acessíveis, galardão “quality coast” e galardão “green destinations”. -----

----- Haverá seguramente regras diferentes do passado, mas está convicto que quer os torrienses quer os visitantes irão cumprir as que forem instituídas localmente e as que venham a ser instituídas a nível nacional. -----

----- Agradeceu as palavras do deputado municipal Rui Lopes sobre a construção da Europa e solidariedade europeia. -----

----- Anotou que a nível do COVID-19, os números à data no concelho são o resultado do trabalho que têm vindo a desenvolver em comunidade com objetivo de combater este vírus invisível e não podem baixar a guarda, ao contrário do que alguns querem. -----

----- Devem olhar em redor e fazer tudo o que puderem com responsabilidade enquanto cidadãos e enquanto responsáveis políticos. -----

----- Expressou uma palavra de ânimo e estímulo a todos os presidentes de junta do concelho que têm sido incansáveis, aldeia em aldeia, lugar em lugar, vila em vila, no contacto permanente com a comunidade. -----

----- Em resposta ao deputado municipal Nuno Henriques, informou que o relatório disponibilizado do estado da arte do COVID-19 em Torres Vedras esclarece as questões que colocou e que não deve vir com demagogias para este plenário. -----

----- Agradeceu a intervenção da deputada municipal Leonor Marinheiro, assentindo que os professores têm sido incansáveis em conjunto com os educadores e pessoal auxiliar, para que os alunos continuem a estudar dentro de um quadro diferente daquilo que estavam habituados, e para o qual estão muito empenhados. -----

----- No que se refere à Barraqueiro, respondeu que tem conhecimento de que fazem a higienização todos os dias e solicitou ao deputado que lhe fizesse chegar a informação que citou. -----

----- De seguida, aproveitou para prestar a sua homenagem, à chefe de divisão do ambiente e sustentabilidade Marta Rodrigues e ao coordenador do gabinete de comunicação Pedro Fortunato, que há mais de 60 dias que não param e neles dois, a todos os trabalhadores do município que fizeram um trabalho inegável e sem parar, e também aos vereadores e suas equipas, Laura Rodrigues na área de educação e financeira, Bruno Ferreira na gestão urbanística, Ana Umbelino na área social e cultural, Hugo Lucas na área da limpeza urbana e Cláudia Ferreira na área da informática, que conseguiu formatar todos os computadores que foram adquiridos e os de empréstimo em tempo recorde. -----

----- Todos juntos trabalharam em equipa em prol do concelho, tendo sido com enorme orgulho que recebeu, em vésperas da Páscoa, um telefonema do presidente da República a endereçar-lhe os parabéns pessoalmente por todo o trabalho desenvolvido em Torres Vedras. -----

----- O *deputado municipal* **Artur Narciso** disse ter estado atento às intervenções e acha que não se pode apagar o que está a ser feito reconhecidamente no concelho. -----

----- Não se podem limitar a dizer mal quando há factos inegáveis tais como a população de Torres Vedras ter um comportamento exemplar e a Câmara Municipal ter sido um dos primeiros municípios a acionar o seu plano municipal de proteção civil, que felizmente em muitos detalhes não foi utilizado, pelo facto de não haver tantos infetados como poderia acontecer e ainda bem.-----

----- Assim, expressou os seus parabéns à autarquia que com a sua atuação ajudou a tranquilizar os habitantes do concelho.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

APLICAÇÃO DE HERBICIDAS: -----

----- O *deputado municipal João Rodrigues* deu nota que o Bloco de Esquerda recebeu algumas denúncias relacionadas com a aplicação de herbicidas pela Junta de Freguesia da cidade na semana passada, sem que tenha sido dada qualquer informação aos moradores ----- .

----- Lembrou que a Câmara Municipal já tinha sido contestada por vários moradores, inclusive com o registo de algumas reações adversas em crianças e animais, tendo a autarquia reconhecido estes problemas neste plenário, quando questionada pelo BE. -----

----- Assim, deseja ser informado sobre o resultado do processo de averiguações que o edil afirmou estar a ser realizado e a razão de não ter sido avisada a população sobre a aplicação deste produto.

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

TEATRO-CINE – PLACAS: -----

----- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* questionou para onde foram retiradas as placas alusivas aos ilustres que passaram por este edifício e qual a razão de terem sido retiradas. -----

----- O *presidente da Câmara* esclareceu que as placas estão na porta do edifício. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FREGUESIA DE SANTA MARIA, SÃO PEDRO E MATAÇÃES - MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS

VERDES DA CIDADE:-----

----- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* questionou a razão de recentemente a cidade ter sido objeto de trabalhos por entidades privadas no que à jardinagem diz respeito, questionando se os jardineiros da autarquia e da junta não chegam para os pedidos. -----

----- A *deputada municipal Teresa Oliveira* questionou qual o trabalho dos 16 trabalhadores que passaram no âmbito da descentralização de competências para a junta em causa, uma vez que o tratamento dos espaços verdes está a ser feito por uma empresa privada. -----

----- O *presidente da Câmara* informou que a manutenção dos espaços verdes cabe às juntas de freguesia, no âmbito dos protocolos celebrados para o efeito.-----

----- Neste caso a contratação de uma empresa foi opção do presidente da junta, a quem já deu os parabéns julgando ter sido uma boa opção tendo em conta o resultado do trabalho realizado.-----

----- Mais informou que os 16 trabalhadores transferidos da Câmara Municipal para a junta fazem a

limpeza urbana, mas não fazem manutenção dos espaços verdes.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

RUA BRIGADEIRO NEVES COSTA:-----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* alertou na Rua Brigadeiro Neves Costa, numa confluência entre o espaço público e o privado, na escadaria que já deu acesso ao Centro Pastoral, próximo do Instituto de Reinserção Social existe um foco de infeção uma vez que a higiene neste local é inexistente.-----

-----O *presidente da Câmara* disse que tomou a devida nota, assim como o vereador Hugo Lucas responsável pelo pelouro em causa. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

AVENIDA GENERAL HUMBERTO DELGADO:-----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* chamou a atenção dos serviços de que a confluência da Rua Raúl Proença com a Avenida Humberto Delgado tem vindo a tornar-se numa rotunda, ilegal, mas que deve ser feita se é essa a intenção da autarquia.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SELOS DE RESIDENTES:-----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* interveio no sentido de alertar que os selos de residentes impressos em papel normal não servem a sua função e são bastante piores do que eram antigamente.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PLANO ESTRATÉGICO DO ANTIGO HOSPITAL DR. JOSÉ MARIA ANTUNUES JÚNIOR:-----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo*, referiu-se a uma notícia veiculada esta semana sobre uma avença para elaborar o plano em epígrafe, celebrada com Casimiro Ramos, questionando sobre os valores envolvidos no contrato, que tipo de serviço vai prestar, que tipo de apoio vai dar e qual a necessidade da autarquia em celebrar este contrato, uma vez que no entender do CDS-PP, tem técnicos credenciados para fazer o trabalho.-----

-----O *presidente da Câmara* informou que o Prof. Casimiro Ramos é um dos grandes especialistas em Portugal na área da saúde e foi aconselhado o pelo Prof. Joaquim Ferreira que está a coordenar pedagogicamente a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.-----

-----Deu nota ainda que do trabalho que estão a desenvolver com grande intensidade para poder, neste espaço implementar uma área dedicada à saúde, sendo que já têm o Barro do lado da autarquia, o que considera mais importante do que esta chicana política que PSD tem tentado fazer com esta temática.-----

-----Quanto ao resto da questão, responderia por escrito.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

REGA: -----

---- A *deputada municipal Teresa Oliveira* inquiriu qual o prazo previsto para a implementação dos sistemas de rega inteligentes no concelho. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PAVIMENTAÇÃO: -----

---- A *deputada municipal Teresa Oliveira* reportou-se à colocação de paralelepípedos e lombas no pavimento da EN8 na entrada da cidade, especificamente em frente ao Intermarché, para anotar que embora perceba que é para diminuir o ruído vindo dos veículos, não percebe como se pode transportar traumatizados/doentes na mesma. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

EQUIPA FEMENINA SÉNIOR DO TORREENSE:-----

---- O *deputado municipal Artur Narciso* expressou os seus parabéns à equipa em epigrafe que vai subir de divisão. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

---- Teve **início o Período da Ordem do dia**.-----

APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES:-----

---- O presidente da Mesa colocou à votação a ata n.º 9 de 26 de novembro e 4 dezembro de 2019 e n.º 1 de 15 de janeiro de 2020 tendo a Assembleia Municipal, após algumas observações e correções, aprovado por unanimidade o texto definitivo das atas apresentadas. -----

---- De seguida o **presidente da Mesa** informou que por lapso não tinha sido incluído na ordem de trabalhos o ponto para apresentação e discussão de votos/moções/recomendações, anunciando que tinham sido apresentados três documentos que foram lidas pela mesa, apresentados pelos subscritores e cujo texto se transcreve na íntegra: -----

VOTO DE PESAR:-----

---- “Francisco Vicente nasceu em 4 de fevereiro 1933 no Paiol/ Alenquer e vivia em Torres Vedras desde os 2 anos de idade. Enquanto jovem jogou futebol até aos 34 anos em clubes populares do nosso concelho. Começou a praticar atletismo aos 52 anos e nunca mais parou até que a doença de alzheimer o inibiu. Representou a Fonte Grada, Ponterrolense, Belenenses, Benfica e Sporting.

---- A sua capacidade atlética fora do comum, fez com que aos 55 anos, ao serviço da seleção nacional, conquistasse a sua primeira medalha internacional na Itália. Foi o início duma carreira desportiva ímpar, até chegar às 81 medalhas em Campeonatos da Europa, Mundiais e Jogos Olímpicos, tornando-se no veterano português mais galardoado de todos os tempos.-----

---- Por 48 vezes fez subir a Bandeira Nacional, tendo conquistado ainda 21 medalhas de prata e 12 de bronze. Ficaram em seu poder 20 recordes nacionais. Bateu por 4 vezes recordes Europeus e por duas, recordes Mundiais. Representou Portugal na Austrália, Japão, África do Sul, Estados

Unidos, Porto Rico e por toda a Europa. Algumas das suas marcas são tão difíceis de ultrapassar, que 27 anos depois ainda são recordes Nacionais e Europeus. -----

---- Em 2008 foi galardoado com a Medalha de Mérito Desportivo grau ouro pela Câmara Municipal de Torres Vedras, entidade que sempre apoiou Francisco Vicente nas suas deslocações ao estrangeiro e aprovou um voto de pesar na sessão municipal do passado dia 14 de abril. -----

---- Faleceu no dia 24 de março aos 87 anos e dado que o país estava em estado de emergência, não teve o acompanhamento que merecia no funeral.-----

---- Por ter sido um grande embaixador do desporto torriense, detentor dum currículo invejável, proponho a esta Assembleia um voto de pesar pelo falecimento de Francisco Vicente que o mesmo seja transmitido à família.” -----

---- A propósito deste voto, pediu a palavra o *deputado municipal Nuno Henriques* para dar nota que gostaria que ficasse na mente dos presentes todos os que morreram por causa do COVID-19.

---- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de pesar em título, tendo observado um minuto de silêncio em sua memória. -----

RECOMENDAÇÃO:-----

---- “O Grupo Municipal do PSD-Partido Social Democrata de Torres Vedras recomenda à Câmara Municipal que, devido aos prejuízos inerentes à Pandemia da COVID-19, isente de licenças e taxas municipais as entidades e empresas que pretendam realizar, no concelho de Torres Vedras, eventos e espetáculos culturais, de música, teatro e circo (ou afins), de caráter profissional, até 31 de dezembro de 2020, com o objetivo de dinamizar, diversificar e criar ofertas plurais no nosso território, facilitando a promoção de iniciativas de criadores e produtores das indústrias culturais”. -----

---- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* assinalou o voto favorável do TnL, e dirigiu ao presidente da Câmara um convite para que ,com o esforço, abnegação e dedicação que tem dedicado aos munícipes e à gestão do concelho nos últimos tempos, faça um exercício entre aquilo que vai ter que ser a diminuição da receita e o acréscimo da despesa por causa desta pandemia que todos vivemos, no sentido de encontrar um equilíbrio para acudir a estas emergências, não só as contidas na moção com o toda a outra emergência social e económica. -----

---- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a recomendação em título.-----

MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO AOS AGENTES DE SAÚDE PÚBLICA DO CONCELHO DE TORRES VEDRAS:-----

---- “No dia 11 de março a Organização Mundial da Saúde declarou o surto da covid-19 como uma pandemia, constituindo a mesma uma calamidade pública. -----

---- Face ao número de infetados que evoluiu muito rapidamente, no dia 18 de março, foi declarado o Estado de Emergência em Portugal, pelo Exmo. Senhor Presidente da República. -----

---- A 3 de maio o Governo decretou a Situação de Calamidade depois de Portugal ter passado por

três períodos de estado de emergência na sequência da Pandemia. -----
---- Enfrentamos há nove semanas o maior desafio das nossas vidas. Um desafio que permanecerá até que haja um tratamento eficaz para este surto. Um desafio que nos obrigou a mudar hábitos, rotinas e contatos sociais, que fizeram sempre parte do nosso dia a dia.-----
---- Vivemos um momento histórico e sobre ele serão escritas muitas palavras.-----
---- Ao longo deste tempo, inúmeras pessoas deste Concelho contribuíram pela via profissional e por solidariedade para que, a vida de todos pudesse continuar, o mais normal possível. Algumas pessoas mais visíveis, muitas, na retaguarda----- .
---- Nesta Assembleia e numa altura em que ainda nos encontramos em Estado de Calamidade no nosso País, o Grupo Municipal do PS deseja expressar a sua gratidão a todas as Pessoas que contribuíram e que continuam a contribuir para a prestação dos cuidados de apoio a toda a população do nosso Concelho: -----
---- Aos Profissionais de Saúde que lutam na linha da frente. Aos Médicos, Enfermeiros, Técnicos e Assistentes Operacionais, que não baixam os braços perante um inimigo tão letal.-----
---- À Proteção Civil na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, que uma semana antes da declaração do Estado de Emergência iniciou reuniões com os vários sectores de atividade económica do Concelho, preparando-os para uma grande mudança nas suas atividades. -----
---- Aos Bombeiros e Instituições do nosso Concelho, em particular as que dão apoio às pessoas mais velhas e vulneráveis, pela extraordinária forma como enfrentaram e continuam a enfrentar esta Pandemia, auxiliando o melhor possível as pessoas.-----
---- Às Instituições que têm Lares e Centros de dia e que protegeram todos os seus utentes, e passaram a dar apoio domiciliário aos utentes de Centro de Dia.-----
---- Às Farmácias e Centros de Saúde que deram todo o apoio aos utentes.-----
---- Aos comerciantes de bens de primeira necessidade que continuaram a trabalhar, providenciando as condições de segurança para todas as pessoas que necessitaram dos produtos alimentares.-----
---- A todos os Operacionais da Câmara Municipal que continuaram a fazer a recolha dos resíduos, e a todos os Operacionais das Juntas de Freguesia que em articulação com a Proteção Civil, garantiram desde o dia 19 de março a desinfeção de ruas e espaços públicos em todas as localidades do Concelho.-----
---- A 4 de maio, tornou-se obrigatório o uso de máscaras comunitárias em transportes públicos, serviços públicos, no comércio e na restauração.-----
---- Surgiram ao longo deste tempo inúmeras iniciativas para a produção de máscaras caseiras, essenciais para o nosso dia a dia.-----
---- Não conseguindo enumerar cada uma delas, queremos agradecer a todas e em particular às

seguintes: -----

---- Às 546 voluntárias das Freguesias e do Projeto My Moyo que desde o dia 23 de março iniciaram a costura de máscaras reutilizáveis em TNT. Estas voluntárias executaram até ao dia 13 de maio 84 290 máscaras, numa iniciativa de todas as Juntas de Freguesia e do Projeto de costura solidária My Moyo em colaboração com a Câmara Municipal, que financiou os materiais necessários. Estas máscaras continuam a ser distribuídas pelas Juntas de Freguesia e já chegaram a maioria das localidades do Concelho. -----

---- À Associação Torriense Oceanos sem Plástico, que executou 49 700 máscaras com o auxílio de 160 voluntárias do nosso e de outros Concelhos, tendo a mesma distribuído 12 825 máscaras por 43 instituições do nosso Concelho, e por instituições de todos os distritos de Portugal. -----

---- Pudemos assistir a uma verdadeira rede solidária em que inúmeros Torrienses agiram com responsabilidade social e altruísmo, acatando os nossos pedidos e as recomendações da Direção Geral de Saúde. -----

---- A todos os Torrienses que ficaram em casa ou que por razões profissionais tiveram que sair, mas que respeitaram o distanciamento social e as restantes recomendações, o nosso profundo agradecimento. -----

---- Por fim, permitam-me que elogie o trabalho desenvolvido por todos os Presidentes de Junta.--

---- Ao longo destas nove semanas, perdemos as rotinas, mas não perdemos o contato. A nossa colaboração tem sido essencial para enfrentarmos os problemas e adotarmos as melhores soluções possíveis e de forma coordenada. Para esta partilha pudemos contar desde a primeira hora com o Executivo Camarário a quem agradecemos a força e o apoio. -----

---- A incerteza é ainda muito grande. O esforço e a resiliência de todos serão fundamentais para o nosso futuro. Precisamos de estar atentos, porque o vírus ainda não passou, ele é uma realidade com a qual temos que continuar a viver. -----

---- Estamos separados, mas juntos e juntos, venceremos esta pandemia. -----

---- Obrigada a todos.-----

---- Grupo Municipal do Partido Socialista – 14 de maio de 2020.”-----

---- A *deputada municipal Rita Sammer* tomou a palavra dizendo que reconhece o papel de todos os mencionados, mas que deveriam também incluir a Cruz vermelha, os professores e todas as empresas que mantiveram a economia a pulsar, sendo certo que o justo é reconhecer todo o trabalho coletivo e não em nome das pessoas, propondo um voto mais abrangente que não exclua ninguém.

---- O *deputado municipal Nuno Henriques* referiu que os louvores se fazem no fim da guerra e de momento devem dar um voto de estímulo e gratidão a todos. -----

---- O *deputado municipal Rui Prudêncio* referiu que no PS estão disponíveis para o referido aditamento. -----

----- O plenário, reconhecendo o papel importante desempenhado de todos os indicados, anuiu no sentido de incluir também no voto em discussão a Cruz Vermelha, os professores, empresas e demais organizações que de alguma forma contribuíram para que a economia do concelho continuasse a pulsar.-----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a moção de congratulação acima transcrita com o aditamento mencionado.-----

1 - PROPOSTA N.º 1/CM/2020 - 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS, PARA 2020 - RATIFICAÇÃO:-----

----- Presente ofício número 641, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 5 de fevereiro último, a remeter a revisão em título, de acordo com o deliberado pelo executivo em sua reunião de 4/02/2020, tendo presente as competências deste órgão nesta matéria.-----

----- Quanto à criação da rubrica para a Rede de Cultura 2027 Leiria, a *deputada municipal Rita Sammer*, questionou se não devia constar nesta agenda a criação da própria cooperativa que também já foi aprovada pelo executivo municipal em 28 de abril, pelo que o PSD estranhou não ter sido incluída.-----

----- O **Presidente da Assembleia** considerou a observação pertinente, informando que o pedido já estava na posse da mesa, mas dado o elevado número de assuntos entenderam deferir o mesmo para a próxima sessão que estava prevista para dia 28 de maio.-----

----- Não se registou mais nenhuma intervenção passando-se de imediato à votação.-----

----- A Assembleia Municipal tendo presente a sua competência prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, deliberou por maioria de 30 votos a favor e 1 abstenção, ratificar a deliberação do Executivo Municipal de 4/02/2020 através do qual aprovou a 1.ª revisão ao orçamento e grandes opções do plano do município de Torres Vedras, para 2020. --

----- Anota-se que se absteve João Rodrigues do Bloco de Esquerda.-----

2 - PROPOSTA N.º 21/CM/2020 - 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS DE 2020:-----

----- Presente ofício número 1719, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 29/04/2020, a remeter a 2.ª revisão em título, de acordo com o deliberado pelo executivo em 28/04/2020, a qual contempla para além do saldo de gerência de 2019, a criação de rubrica específica para arrecadação da receita de IVA a transferir por parte do Estado e prevista no novo artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09.

----- O **Presidente da Câmara** disse que a revisão em causa traduz a visão estratégica da Câmara Municipal de Torres Vedras relativamente ao saldo a investir em 2020 em vários domínios.-----

----- Não se registaram intervenções, tendo o presidente da Mesa submetido à votação o ponto. ---

----- A Assembleia Municipal tendo presente a sua competência prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, deliberou por maioria de 30 votos a favor e

1 abstenção, aprovar a 2.ª revisão ao orçamento e grandes opções do plano do Município de Torres Vedras, para 2020, a qual contempla, para além do saldo de gerência, a criação de rubrica específica para arrecadação da receita de IVA a transferir por parte do Estado e prevista no novo artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09.-----

----- Anota-se que se absteve João Rodrigues do Bloco de Esquerda. -----

3 - PROPOSTA N.º 22/CM/2020 - COMPROMISSOS PLURIANUAIS – DELEGAÇÃO NO PRESIDENTE DA CÂMARA – CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO.-----

----- Presente ofício número 1720, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 29/04/2020, a informar que a câmara em sua reunião de 28/04/2020, deliberou por unanimidade, propor à Assembleia Municipal a delegação no presidente da Câmara, da competência para autorizar compromissos plurianuais da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras, até ao montante de € 99.759,58, e enquanto a autarquia se encontrar obrigada, em 2020, à aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso, com base na informação 10/FD/2020 da chefe de divisão financeira, que refere o seguinte:-----

-----“Veio a Lei do Orçamento do Estado para 2020 (Lei n.º 2/2020, de 31/03) trazer algumas alterações em relação ao que havia sido estabelecido na Lei do Orçamento do Estado para 2019, no que respeita à aplicação da Lei dos compromissos e pagamentos em atraso pelas autarquias locais.-----

----- De acordo com o n.º 5, do art.º 107.º da LOE 2020, em “2020, as autarquias locais que, em 2019, tenham beneficiado da exclusão do âmbito de aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21/02, e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06, ambos na sua redação atual, mantêm essa exclusão, salvo se, em 31/12/2019, não cumprirem os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º, da Lei n.º 73/2013, de 03/09, na sua redação atual”.-----

----- No entanto, situação que não aconteceu na LOE para 2019, o n.º 8 daquele mesmo artigo refere que a aferição da exclusão a que se refere o n.º 5 “é da responsabilidade das autarquias locais, produzindo efeitos após a aprovação dos documentos de prestação de contas e a partir da data da comunicação à DGAL da demonstração do cumprimento dos referidos limites.”-----

----- Quer isto dizer que, no período que medeia entre a entrada em vigor da LOE para 2020 (01/04/2020) e a data da comunicação à DGAL, que só pode ocorrer após a aprovação dos documentos de prestação de contas, a autarquia encontra-se obrigada a aplicar, novamente, a LCPA (Lei n.º 8/2012, de 21/02, e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06), isto apesar de se encontrar excluída da sua aplicação desde 30/06/2020 com a publicação do art.º 4.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19/03.-----

----- Estabelece a alínea c, do n.º 1, do art.º 6.º que a assunção de compromissos plurianuais

(“compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido”) está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal. -----

----- O n.º 3 deste mesmo artigo refere que, nas “situações em que o valor do compromisso plurianual é inferior ao montante a que se refere a alínea b), do n.º 1, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06, a competência referida na alínea c), do n.º 1, pode ser delegada no presidente de Câmara.”

----- O **presidente da Câmara** assinalou que decorre da lei esta possibilidade de delegar, sendo importante para que os serviços possam funcionar dentro da normalidade fazendo assim face aos seus compromissos. -----

----- A **deputada municipal Rita Sammer** disse ser uma questão que peca pela sua pertinência e uma vez que se trata de uma competência da Assembleia Municipal não lhe parece consistente que a delegue. -----

----- Tem um horizonte temporal curto e o PSD não percebe a razão de se dar este passo, retirando à Assembleia Municipal esta competência. -----

----- Estão em maio e até à aprovação dos documentos de prestação de contas em junho terão mais uma sessão e gostava de perceber o que está em cima da mesa objetivamente, ou seja quais os procedimentos que estão em causa. -----

----- O **deputado municipal Nelson Aniceto** frisou que a informação sobre esta delegação é esclarecedora, está prevista na lei, o horizonte temporal é muito curto e a sua aprovação pelo grupo municipal do PS não oferece qualquer dúvida. -----

----- O **deputado municipal Pedro Castelo** disse que se pede a passagem de um cheque em branco ao edil para umas competências que desconhecem, e não estão em causa as competências do presidente da câmara, mas da Assembleia que tem o direito de saber concretamente quais são. ---

----- A **deputada municipal Rita Sammer** disse que a sua questão foi no sentido de conhecer o conteúdo que está inerente a este pedido de delegação de competências, ou seja, que atos administrativos estão na calha para serem exercidos. -----

----- De novo no uso da palavra o **deputado municipal Nelson Aniceto** esclareceu que em causa está a repartição de encargos em mais de um ano económico, uma vez que a competência para autorizar a despesa já é do presidente da Câmara. -----

----- Nesta altura a **deputada municipal Rita Sammer**, apresentou a seguinte **proposta**: -----

----- “Que o presidente da Câmara Municipal preste informação a esta Assembleia Municipal relativamente a todos os atos administrativos que pratique com esta delegação.” -----

----- O **presidente da Mesa** colocou a proposta à votação, tendo a Assembleia Municipal aprovado por unanimidade a mesma. -----

----- Votou-se de seguida o ponto em análise: -----

-----A Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea c) do n.º 3 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21/02, deliberou, por maioria de 21 votos a favor, 6 votos contra e 4 abstenções aprovar a delegação no presidente da Câmara, da competência para autorizar compromissos plurianuais da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras, até ao montante de € 99.759,58.-----

-----Anota-se que votaram contra os deputados municipais do PSD, e se abstiveram os deputados municipais do PCP, TnL e CDS-PP.-----

4 - PROPOSTA N.º 2/AM/2020 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DE CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL, INCLUINDO INFORMAÇÃO SOBRE A PANDEMIA COVID-19, NO CONCELHO DE TORRES VEDRAS E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:-----

-----Presente informação referente à atividade do município de 9/11/2019 a 10/02/2020, a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documentos referentes a esta sessão e à sua situação financeira, onde informa que a dívida a fornecedores regista € 639.772,02 e o total de disponibilidades € 4.375.635,86.-----

-----Presente também o Relatório de Situação - Coronavírus - (COVID-19) do Município de Torres Vedras datado de 10/05/2020.-----

-----Teve a palavra o *deputado municipal* **Luís Carlos Lopes** que se manifestou satisfeito por ter sido aditado a este ponto a atualidade do município no que se refere ao COVID-19, e lembrou que o PSD já homenageou através da aprovação da moção os profissionais que atuaram no município e não só, no combate e prevenção desta pandemia, mas acha que ainda não é o momento para elogios ou valorizações pessoais nominativas.-----

-----Nesta sequência fez notar que o PSD não se revê na postura do edil PCM adotada no início desta sessão, não estando em causa o excelente trabalho do Executivo, mas de certo que muitos mais mereciam ser referenciados.-----

-----Quanto à referência ao presidente da República disse que também seria estranho se o não o contactasse já que contactou os 308 autarcas deste país. pelo que não foi nada de mais.-----

-----Quanto à atividade do edil e de seus colaboradores frisou que também não parou nem um dia, assim como muito torrienses, apesar de ter tido medo nalguns momentos.-----

-----Deu conta do que vai ser a postura do PSD, uma postura colaborativa como tem ocorrido em todos os estados de emergência que ocorreram no país, em que esteve ao lado do governo, com algumas divergências, mas também contribuindo com propostas, tal como a diminuição do IVA das mascaras, que o PS acolheu e bem.-----

-----Fez notar que a atividade da Câmara Municipal tem que ser gerida com nervos de aço sendo isso que lhe pede.-----

-----Nesta fase ainda estão a meio caminho e não podem continuar só a elencar as estradas que

arranjam, pois precisam de muito mais para as empresas, para o povo, e para os munícipes, porque vai ser um paradigma diferente ao qual têm que se habituar.-----

----- Considera que o edil terá que gerir o município com mais inteligência, mais parcimónia, menos voluntarismo, e a sua atividade vai ter que ser diferente, mais seletiva, mais equilibrada, ponderada, sendo isso que o PSD propõe.-----

----- Na sua intervenção apenas assinalou que o PSD está presente para votar o que for de votar a favor e a fazer propostas quando acharem necessário como fizeram os seus vereadores no Executivo, tendo o edil que se habituar, pois vai tudo mudar, nada vai ficar igual.-----

----- No seguimento da intervenção anterior o *deputado municipal Nuno Henriques* afirmou que o PSD é um partido responsável e por norma tem tido um comportamento responsável a nível local e nacional, o que não faz com demagogias nem levantando suspeitas.-----

----- Voltando à temática da Barraqueiro, reafirmou que a última nebulização foi feita, ao que consta, há 14 dias, questionando sobre a possibilidade de o edil se informar junto da empresa quais os detergentes, panos e água que estão a utilizar para limpar os autocarros que transportam os munícipes.-----

----- Lembrou que a Barraqueiro Oeste, ao contrário de outras transportadoras, continuou sempre a cobrar os bilhetes, aos mais fragilizados, pois são os que não têm transporte próprio.-----

----- No seu entender o município deve estender mais colaboração às empresas, não só a nível dos transportes públicos, mas a outro tipo de empresas, para bem de todos.-----

----- Reportando-se à resposta do edil à sua questão sobre a ação social, assentiu que leu o relatório, contudo no seu entender a autarquia pode utilizar os seus técnicos no sentido de dar autoestima, esperança e orientação, sendo muito importante que todos juntos possam dar mais qualidade de vida às pessoas, estando o PSD presente para ajudar e não para destruir.-----

----- O *deputado municipal Rui Lopes* disse que pediu a palavra porque achava que o PSD estava a falar só para quem estava em casa, interrogando-se se todo o trabalho que foi feito pela autarquia não conta e como podem dizer que não se pode louvar esse trabalho.-----

---- Disse ainda que enquanto torriense e conhecedor desta informação custa ouvi-los falar, mais parecendo que estão em campanha para ver se corre tudo mal, para dizerem que correu mal.-----

----- Frisou que se estão a falar do que aconteceu, têm que enaltecer o trabalho que foi feito, bem sabem que vão a meio de uma caminhada, mas não vê qual é o mal de falar daquilo que já fizeram, e de dar a voz às pessoas que colaboraram com a autarquia.-----

----- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* felicitou o presidente da Câmara Municipal e o Executivo, e neles todos os profissionais, todos os torrienses, munícipes e no fundo todos os portugueses, que de alguma forma, até agora, conseguiram reagir a esta pandemia.-----

----- Nessa sequência saudou a reabertura dos serviços municipais, dos organismos da empresa

municipal, e dos SMAS. -----

----Apelou ao edil para que a Promotorres E.M., continue a desenvolver a sua atividade de fiscalização do estacionamento de uma forma pedagógica durante mais tempo e com particular incidência nas infrações do código da estrada e menos na taxação dos parquímetros.-----

----Saliou que se vivem momentos excecionais e difíceis para as famílias e empresas e todos sabem como está o comércio do centro da cidade.-----

----Assinalou que na reabertura do edifício multisserviços, esteve o município bem, a sinalética colocada é muito intuitiva, os funcionários são de um zelo louvável. O atendimento atrás dos vidros acrílicos deveria ter continuado como há uns tempos atrás, pena é que tenha regressado por estas razões. -----

----Acrescentou que deviam corrigir o TPA dos pagamentos no sentido de passar a ter a chamada função “Contactless” para evitar contacto, e constatou ainda que afinal a porta da Rua da Princesa Maria Benedita pode estar aberta, havendo condições para funcionar em segurança.-----

----Recordou que as famílias e as empresas do concelho estão a viver tempos excecionais, pelo que a Câmara Municipal tem que ser criativa e tem que encontrar o equilíbrio entre a diminuição da receita e o acréscimo da despesa.-----

----A concluir anotou que as taxas que o município cobra designadamente por toldos e esplanadas têm que ser revistas dado o momento de exceção que vivem e se é prudente fazer já a desativação do hospital de campanha montado no pavilhão do Sporting de Torres. -----

----A *deputada municipal Rita Sammer*, disse que deviam colocar um pouco de calma nas intervenções, recordando que no início da pandemia o presidente da Câmara, não medindo o esforço foi-se baixo e temeram por ele. -----

----A única coisa que o PSD disse nesta Assembleia Municipal, foi precisamente que as coisas correram bem.-----

----Quando fizeram a referência em que este é o momento das equipas, do trabalho coletivo, do reconhecimento da comunidade e do trabalho comunitário, foi precisamente para sinalizar que todos fazem falta neste combate à COVID 19 e aos impactos e consequências desta pandemia e no qual têm muito caminho pela frente. -----

---- Fizeram o seu papel, cada um fez o seu trabalho e exerceu as competências que lhe foram conferidas e bem, mas não precisam de estar aqui sistematicamente com “palmadinhas nas costas”, como se fosse isso que espelha o reconhecimento do trabalho. -----

----Apelou que meçam as palavras, pois não é aceitável dizer que o PSD queria que corresse tudo mal. -----

----A terminar disse que há muito trabalho pela frente, estando a ser feito um trabalho que está a ser reconhecido de forma unânime por todos, não tendo ouvido ninguém dizer o contrário e têm que

ser solidários.-----

---- O *deputado municipal Rui Prudêncio* desde logo anotou que em análise estava a informação do presidente da Câmara, onde consta um relatório detalhado sobre toda a atividade municipal relativa à COVID-19 no concelho de Torres Vedras, desde o momento em que de repente foram confrontados com algo que não conheciam, que vinha de longe e para o qual não havia informação.

---- Disse que se há “palmadinhas nas costas” são a todos os torrienses, e se podem chegar ao dia de hoje e dizer que no território têm apenas uma pessoa com o COVID-19 ativo, temos que assinalar que está a correr bem, porque não há outra forma de o dizer.-----

---- Foram feitos no concelho mais de 1500 testes a dezenas de grupos de pessoas que estavam na linha da frente e implementadas desde a primeira hora medidas que o governo veio depois a implementar a nível nacional. -----

---- Se hoje estão aqui deve-se ao trabalho de todos aqueles que não pararam, e esses foram a Câmara Municipal, os torrienses e organizações do concelho, que contribuíram para a montagem dos hospitais de campanha, desinfeção das ruas, comunicações à população para se ficar em casa, distribuição de EPIs e tudo o que se podia fazer fez-se. -----

---- De parabéns está o município e todos os torrienses.-----

---- Especificou que o relatório é extenso e também dá nota que o município apresentou um conjunto de propostas que vão ao encontro às necessidades expressas pelos atores económicos, famílias e IPSSs. -----

---- Especificou ainda que se o município dispõe de um vasto programa de apoio a todos os torrienses para iniciar esta nova fase da dita “normalização” à normalidade, também muito se deve a todos aqueles que estiveram na primeira linha. -----

---- Sabem hoje factos que não sabiam há 3 meses atrás que lhes permite ir emendando, corrigindo, ou acentuando novas ações e se na próxima segunda-feira vão ser dados passos com a abertura de algumas atividades económicas, é o reflexo de todo o trabalho que ficou para trás.-----

---- Sabem hoje que se trata de um vírus social que se transmite em grupos, em espaços fechados sendo aí que os casos têm estado nos últimos dias a aparecer. -----

---- É obvio que há medidas de minimização dos riscos, podendo-se já hoje afirmar que manter a distância é melhor que as outras todas. -----

---- Nesse sentido, atento ao facto de saber que as esplanadas estão isentas de pagar taxas questionou se não era de equacionar que, para além de isentar, permitir que cresçam em tamanho tendo assim o executivo uma palavra a dizer no sentido de terem mais uma medida de combate à transmissão deste vírus.-----

---- O *Presidente da Câmara* lembrou que acordou com a mesa e a comissão permanente de saúde aditar o relatório à agenda, pensando que o PSD falaria sobre a matéria, contudo não o

fizeram, lamentando ser esta a maneira de ser e de estar desta força partidária. -----

---- Deu nota que pensava que o deputado municipal Nuno Henriques ao ler o relatório tivesse lido sobre o trabalho inegável que a linha psicossocial da autarquia fez junto da comunidade com mais de 1000 atendimentos, ou da equipa do desporto sénior, com mais de 5000 contactos, para além de todo o trabalho que está a ser desenvolvido nessa componente. -----

---- Quando diz que nada é feito, não lhe fica bem e convém clarificar esta questão. -----

---- Assinalou que enquanto político e presidente da Câmara responsável, para além da sua equipa, teve suporte técnico na tomada de decisão final em múltiplas ocasiões difíceis. -----

---- Deste modo aproveitou para homenagear o Dr. Nuno Rodrigues, autoridade e delegado de saúde do concelho, com o qual tomou as decisões finais tão importante para a proteção dos 80 mil torrienses, assim como o Prof. Joaquim Ferreira, um dos grandes especialistas mundiais em relação a esta matéria. -----

---- Informou que esteve 72 horas praticamente sem dormir, a montar todo o modelo que foi criado para defender os torrienses, tendo sofrido por isso na sua pele, em detrimento dos 80 mil torrienses, porque o seu grande objetivo e da sua equipa era cumprir com os critérios da ciência conhecidos para os salvaguardar. -----

---- Julga que volvidos estes 2 meses os resultados estão à vista, mas têm que se empenhar diariamente. -----

---- Frisou que os números falam por si, tendo que agora encontrar sinergias para paulatinamente fazerem o desconfinamento, um passo muito importante para a sociedade portuguesa no sentido de começar a voltar à “normalidade” possível, seguindo todas as recomendações da OMS e da DGS, para a sua implementação. -----

---- Deixa uma palavra de apreço para quem teve que ficar, mas também aos torrienses que tiveram que sair das suas casas para o seu emprego onde deram o seu melhor. -----

---- Manifestou também a sua preocupação, pelo facto de o desemprego médio em 2019 no território ter sido de 3,5% e ao dia de hoje ser de 4,6 %, e que no final do ano, segundo previsões do governo atingirá os 9,7% a 10,7, estando empenhados nesta vertente. -----

---- Nesta sequência informou que que a Agencia Investir Torres Vedras já fez mais de 120 atendimentos a empresas do concelho no sentido de encontrar soluções nos pacotes nacionais regionais ou locais. -----

---- Afirmou que é com determinação e rigor que irão implementar um conjunto de 39 medidas, que são abrangentes, às famílias, às empresas e às associações, das quais mais de 50% estão em marcha e serão cumpridas na integra. -----

---- Deu nota que na última reunião o Executivo deliberou isentar os concessionários de todas taxas mas, hoje mesmo foi criado um grupo de trabalho para analisar a possibilidade de ampliar as

esplanadas dos cafés e restaurantes num modelo equitativo, justo e célere na tomada de decisão.

-----São decisões como esta que move todo o Executivo para que a comunidade torriense sinta apoio por parte da autarquia, assinalando também o apoio que receberam do governo em várias ações conjuntas que levaram a cabo.-----

----- O **deputado municipal Nuno Henriques** solicitou a palavra invocando o seu direito de defesa da honra esclarecendo o seu conceito de ação social é outro, que vai muito além dos contactos telefónicos, mas com certeza que no fundo ambos têm o mesmo objetivo, que é o bem das pessoas.

-----Disse ainda que o PSD não ignora todo o trabalho que foi feito pela autarquia no âmbito da pandemia e que publicamente no dia 19 de março lhe endereçou uma força e uma palavra de coragem.-----

-----Disse que o PS e o PSD têm conceções diferentes no que concerne à ação social no sentido de terem de ir mais além e serem pioneiros no trabalho desenvolvido.-----

-----Concluiu dizendo que o edil não entende como boa a colaboração que o PSD quer dar, mas esta força partidária está disponível a bem das pessoas.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

4.1 - INFORMAÇÃO SOBRE COMPETÊNCIAS DELEGADAS:-----

4.1.1 - Proposta n.º 3/AM/2020 - Tomada de conhecimento de cedências de parcelas de terreno para afetação ao domínio público (autorização genérica da AM de 9/11/2018):-----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre as cedências de parcelas aceites pela Câmara Municipal:-----

-----Ofício número 8023 de 29/11/2019:-----

----- 1 – Processo CT/521/2019 – Requerimento n.º 7470/2019 – Pedro Miguel Mota Garcia – parcela de terreno, situada na Rua 1.º de Maio, na localidade de Outeiro da Cabeça, União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, com a área de 20,00m², a retirar do prédio urbano descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o artigo 242, da Freguesia da Outeiro da Cabeça (extinta), e participado na respetiva matriz predial, sob o n.º 1826, da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, destinados ao benefício da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 100.00.-----

-----2 – Processo CT/122/2019 – Requerimento n.º 3665/2019 – Delfim Assunção – parcela de terreno com a área de 410,00 m², situada na localidade de Moçafaneira, Freguesia de Ventosa, a desanexar do prédio rustico descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras sob o n.º 3269 e inscrito na matriz predial sob o art.º 127º da secção O da referida Freguesia, pendente de reclamação, parcela essa, destinadas ao alargamento da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 2.050,50, assim distribuídos: Rua de São Mamede – área de 260,00m² - € 1.300,00 - Caminho a nascente – área de 150,00m² – € 750,50.-----

-----3 – Processo ED/290/2019 – Requerimento n.º ED 6707/2019 – Bruno Daniel Santos Veloso – parcela de terreno, situada na Rua do Poço, na localidade de Casais da Cruz, em Varatojo, Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, com a área de 119,30m², a retirar do prédio descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 3491/20190708, da Freguesia de Torres Vedras (Santa Maria do Castelo e São Miguel), (extinta), e inscrito matriz urbana, sob o n.º 9813, da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, destinados a requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 596.50, arredondado nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, para € 600,00. -----

----- Ofício número 8542 de 23/12/2019:-----

----- 1 – Processo CT/717/2019 – Requerimento n.º 9115/2019 – Francisco José Larupa dos Santos – parcela de terreno, situada na Gondruzeira, Freguesia de Ponte do Rol, com a área de 687,00m², a retirar do prédio rústico descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 1279, da Freguesia da Ponte do Rol, e participado na respetiva matriz, sob o art.º 37, Secção L, da referida freguesia, destinados ao alargamento da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 3.435.00, arredondado, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, para € 3.440,00. -----

----- 2 – Processo ED 110/2019 – Requerimento n.º ED 4233/2019 – Correia Construções, Lda. – parcela de terreno, situada na Rua Hélder Machado Godinho em Ramalhal, freguesia do Ramalhal, com a área de 322,50m², a retirar do prédio rústico descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 2920, da Freguesia do Ramalhal, e participado na respetiva matriz sob o art.º 178, Secção D, da referida freguesia, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 1.612.50, arredondado, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, para € 1.620,00. -----

----- 3 – Processo CT 781/2019 – Requerimento n.º CT 9667/2019 – Ana Patrícia Henriques Basílio Rodrigues – parcela de terreno, situada na Rua da Escola – Boavista, Freguesia de Silveira, com a área de 120,00m², a retirar do prédio urbano descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 8015, da Freguesia da Silveira, e participado na respetiva matriz sob o art.º 9046, da referida freguesia, destinados ao alargamento da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 600.00. -----

----- 4 – Processo CT 88/2019 – Requerimento n.º CT 9727/2019 – Maria Georgina Esteves Feliciano – parcela de terreno, situada na Rua Principal, nos Casais da Arruda, freguesia da Freiria, com a área de 1.768,00m², a retirar do prédio rústico descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 1258, da Freguesia da Freiria, e participado na respetiva matriz sob o art.º 2, Secção E, da referida freguesia, destinados à criação da via pública com a designação da Rua Principal nos Casais da Arruda, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de €

8.840,00.-----

----- Ofício número 145 de 13/01/2020: -----

----- Processo CT/217/2019 – Requerimento N.º 4588/2019 – Idalina Correia Reis Braga Paias - Parcela de terreno, sita em Maxial, com a área de 558,00 m2, a retirar do prédio rústico descrito na conservatória do registo predial sob o n.º 3323 da freguesia do Maxial e inscrito na matriz predial sob o n.º 96, da Secção BB, da União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, destinada a via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00 por m2, o que perfaz o montante de € 2.790,00. -----

----- Ofício número 147 de 13/01/2020: -----

----- 1 – Processo OP/278/2018 – Requerimento n.º 8631/2018 – Herdeiros de Manuel Josué Luís – parcela de terreno, situada na Av.ª 25 de Abril, em Ramalhal, Freguesia de Ramalhal, com a área de 743,00m2, a retirar do prédio urbano, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 2033, da Freguesia de Ramalhal, e inscrito na matriz predial, sob o art.º 2613, da referida freguesia, destinados ao alargamento da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m2, perfazendo um total de € 3.715,00, arredondado, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, para € 3.720,00. -----

----- 2 – Processo CT/739/2019 – Requerimento n.º CT 9368/2019 – Artur Gomes da Silva Luz – parcela de terreno, situada no Casal da Serpigeira, n.º 8, Ventosa, Freguesia de Ventosa, com a área de 165,00m2, a retirar do prédio urbano, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 3482, da Freguesia de Ventosa, e inscrito na respetiva matriz sob o art.º 5411-P, da referida freguesia, para alargamento da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m2, perfazendo um total de € 825,00, arredondado, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, para € 830,00.-----

----- 3 – Processo CT/783/2019 – Requerimento n.º CT 9698/2019 – José Alberto Santos – parcela de terreno, situada na Rua José Maria Teles Baltazar, n.º 6, na Aldeia de Nossa Senhora da Glória, União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, com a área de 225,00m2, a retirar da parte rústica do prédio misto, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 177, da Freguesia da Carvoeira (extinta), e inscrito na respetiva matriz sob os artigos 1954 e 84 da Secção “E”, da União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, destinados ao alargamento da via pública, (Rua José Maria Teles Baltazar), à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m2, perfazendo um total de € 1.125,00, arredondado, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, para € 1.130,00.-----

----- 4 – Processo CT/738/2019 – Requerimento n.º CT 9349/2019 – José Manuel Ramos Francisco – parcela de terreno, situada no Forte da Pelicana, Ribeira de Pedrulhos, Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, a retirar do prédio misto, inscrito na matriz sob o art.º 9631 e 49, Secção “3D”, ambos da Freguesia de Santa Maria do Castelo e São Miguel (extinta), atual Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, 1.864,50m2, destinados ao alargamento da via pública,

distribuídos pelas seguintes parcelas: Parcela 1 – área de 1.392,90m² - Parcela 2 – área de 157,00m² e Parcela 3 – área de 314,60m², às quais foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 9.330,00.-----

-----5 – Processo CT/885/2019 – Requerimento n.º CT 10458/2019 – Mário Fernando Santos Brasil – parcela de terreno, situada na Estrada Campo da Bola, em Escravilheira, Freguesia de São Pedro da Cadeira, com a área de 204,50m², a retirar do prédio rústico, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 716, da Freguesia de São Pedro da Cadeira, e inscrito na respetiva matriz sob o art.º 60 da Secção “AA”, da referida freguesia, para alargamento dos seguintes arruamentos: Rua do Campo da Bola, Rua do Rita e Rua dos Miguéis, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 1.022,50, arredondado nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, para € 1.030,00. -----

-----6 – Processo CT/859/2019 – Requerimento n.º CT 10258/2019 – Ana Bela Felgueiras Simões Rodrigues – parcela de terreno, situada na Rua dos Crispins, em A-dos-Cunhados, União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, a retirar do prédio urbano, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 2849, da Freguesia de A-dos-Cunhados (extinta), atual União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, e inscrito na respetiva matriz sob o artigo 3772, da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 639,00m², distribuída da seguinte forma: Área de 316,50m² – para alargamento da Rua dos Crispins e Área de 322,50m² - para alargamento de caminho público, às quais foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 3.195,00, arredondado, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, para € 3.200,00.---

-----7 – Processo CT/34/2019 – Requerimento n.º CT 9883/2019 – António Correia Carvalho Ribeiro – parcela de terreno, situada na Rua 25 de Abril, em Zibreira, União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, com a área de 376,00m², a retirar do prédio rústico, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o número 2034, da Freguesia de Carvoeira (extinta), e participado na respetiva matriz sob o artigo 59 da Secção “G”, da União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, destinados a depósitos, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 349,00, arredondado, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, para € 1.880,00.-----

-----8 – Processo ED/346/2019 – Requerimento n.º ED 7631/2019 – Fernanda Maria Henriques Ferreira Inácio – parcela de terreno destinado a requalificação da via pública, localizada na Rua dos Rochas, em Boavista, na Freguesia de Silveira, com a área de 422,00 m² que serão retirados do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, com o n.º 5862 e inscrito sob o artigo rústico 50 da secção N, da Freguesia da Silveira, à qual, para atribuição do valor foi considerado o custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 2.110,00. -----

-----9 – Processo ED/547/2019 – Requerimento ED/10456/2019 – Diogo Miguel Leal Henriques Santos Moreira – parcela de terreno, localizada na Rua da Fonte, em Boavista, União de Freguesias

de A-dos-Cunhados e Maceira, destinada a requalificação da via pública, com a área de 66,50m² a ser retirada do prédio urbano inscrito na matriz sob o art.º 9956 da União de Freguesia de A-dos-Cunhados e Maceira e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 8911 da freguesia de A-dos-Cunhados, para a qual foi considerado o custo unitário de € 5,00, o que perfaz um total de € 332,30, arredondada nos termos do CIMI para € 340,00.-----

----- Ofício número 408 de 24/01/2020: -----

----- 1 – Processo ED/367/2019 – Requerimento n.º ED/8128/2019 – Joaquim Manuel Rodrigues – parcela de terreno, situada na Rua da Praia Azul – Casal Cochim, Freguesia de Silveira, com a área de 14,10m², a retirar do prédio urbano descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 8328, da Freguesia de Silveira, e inscrito na respetiva matriz urbana, sob o artigo 9247, da referida freguesia, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 70,50, arredondado, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, para € 80,00.-----

----- 2 – Processo CT/890/2019 – Requerimento n.º CT/10508/2019 – Zícia Maria Paixão Duarte Queiroz – parcela de terreno, situada na Rua da Bica – Monte Redondo, União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, com a área de 870,00m², a retirar do prédio descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 547, da Freguesia de Monte Redondo, e inscrito na respetiva matriz rústica, sob o artigo 11, Secção 1E, da União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, correspondentes à via pública denominada Rua da Bica, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 4.350,00.-----

----- 3 – Processo ED 445/2019 – Requerimento n.º ED 9332/2019 – Gonçalo Filipe dos Santos Nicolau - parcela de terreno, situada na Rua Principal (EM555), Lugar da Estrada, freguesia de Ventosa, com a área de 118,00m², a retirar do prédio misto, inscrito na matriz rústica, sob o artigo 95, Secção P, e na matriz urbana sob o artigo 12, ambas da freguesia da Ventosa e descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 5431, da Freguesia de Ventosa, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 590,00.-----

----- 4 – Processo ED 298/2019 – Requerimento n.º ED 6803/2019 – Paulo Jorge Alfaiate Frade – parcela de terreno, situada na Travessa de Santo António, n.ºs 3 e 5, em Torres Vedras, Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, com a área de 20,10m², a retirar do prédio urbano descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 1411, da Freguesia de Torres Vedras (Santa Maria do Castelo, São Miguel), e inscrito na respetiva matriz predial, sob o artigo 531, da Freguesia de São Pedro e Santiago, Santa Maria e São Miguel, e Matacães, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 100,50, valor este arredondado para a dezena de euros imediatamente superior, nos termos do ponto 2, do art.º

38.º, do CIMI, passando o valor a ser de € 110,00.

5 – Processo ED 389/2019 – Requerimento n.º ED 10112/2019 – Rute Maria Alves Hilário - parcela de terreno, situada na Rua Porto Novo, em Cambelas, Freguesia de São Pedro da Cadeira, com a área de 62,00m², a retirar do prédio descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 2804, da Freguesia de São Pedro da Cadeira, e omisso na matriz, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 310,00. -----

----- Ofício número 640 de 5/02/2020: -----

----- 1 – Processo CT/45/2020 – Requerimento n.º ED/296/2020 – Ernesto Domingos Sarreira – 2 parcelas de terreno a retirar do prédio rústico, denominado Borrachão, situada na União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 493, da Freguesia de A-dos-Cunhados (extinta), e inscrito na respetiva matriz, sob o artigo 59, secção “V”, da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, para benefício da via pública, com a área total de 580,00m², à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 2.900,00, distribuídos: Parcela 1 - área de 272,00m² - € 1.360,00 e Parcela 2 - área de 308,00m² - € 1.540,00 -----

----- 2 – Processo CT/25/2020 – Requerimento n.º CT/167/2020 – Diogo Cristiano Caldas da Silva – parcela de terreno, denominado Outeiro, em Torres Vedras, Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, com a área de 111,00m², a retirar do prédio rústico descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 518, da Freguesia de Santa Maria do Castelo e São Miguel (extinta), e inscrito na respetiva matriz predial rústica, sob o artigo 23, da Secção “3B”, da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, destinados ao alargamento da Rua Casal do Outeiro, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 555,00, arredondado, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, para € 560,00. -----

----- 3 – Processo ED/274/2019 – Requerimento n.º ED/6477/2019 – João Silvestre Patrício – parcela de terreno, situada na Rua dos Choras, n.º 8, na localidade de Filha Boa, em Carvoeira, União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, com a área de 17,85m², a retirar do prédio urbano, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 2559, da União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, e inscrito na respetiva matriz predial, sob o artigo 2325, da mesma União de Freguesias, destinados à requalificação da via pública, e à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 89,25, arredondado, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, para € 90,00. -----

----- 4 - Processo de obras ED 486/2019 – requerimento n.º 9796/2019 – Rui Manuel da Silva Lopes – parcela de terreno, situada na Rua São Miguel - Casal Barradas – Sarge - Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães com a área de 35,95m², para requalificação da via pública, a retirar do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 3240, Freguesia de Torres

Vedras (Santa Maria do Castelo e São Miguel) e inscrito na respetiva matriz, sob o artigo 9323, da União de Freguesias de Torres Vedras (São Pedro e Santiago, Santa Maria do Castelo e São Miguel) e Matacães, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m2, o que perfaz um valor total de € 179,75, arredondado, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, para € 180,00. -----

----- Ofício número 1035 de 20/02/2020:-----

----- 1 – Processo CT/13/2020 – Requerimento n.º CT/93/2020 – Herança de Joaquim Francisco Marcolino – 3 parcelas de terreno, sitas na Rua da Bela Vista – Casais Charnais, Freguesia de Ventosa, com a área de 148,00m2, a retirar do prédio descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 2135, da Freguesia de Ventosa, e inscrito na respetiva matriz sob o artigo 3578, da referida Freguesia, destinados ao benefício de vias públicas, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m2, perfazendo um total de € 740,00, distribuídos por - Parcela 1 com a área de 64,00m2 para benefício da Rua da Bela Vista; Parcela 2 com a área de 54,00m2 para benefício de um arruamento sem nome definido e Parcela 3 com a área de 30,00m2 para benefício da Rua Santa Cristina. -----

----- 2 – Processo OP/234/2017 – Requerimento n.º 4121/2019 – José Roque Alves Santos – parcela de terreno, situada no Casal Casa Branca, Freguesia de Silveira, com a área de 22,40m2, a retirar do prédio descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 6600, da Freguesia de Silveira, e inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 8452, da referida Freguesia, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m2, perfazendo um total de € 112,00, arredondado, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, para € 120,00. -----

----- 3 – Processo de obras ED 99/2019 – requerimento n.º ED 9831/2019 – Filomena da Conceição Mota dos Santos - parcela de terreno, situada na Rua dos Carrascais – Póvoa de Penafirme, União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 177,00m2, a retirar do prédio rústico descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 8223, da Freguesia de A-dos-Cunhados (extinta), e inscrito na respetiva matriz rústica sob o artigo 164, secção PP, da Freguesia de A-dos-Cunhados (extinta), para cedência ao domínio público, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m2, perfazendo um total de € 885,00, arredondado, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, para € 890,00. -----

----- 4 – Processo de obras OP 299/2018 – Requerimento n.º 9366/2018 - Andreia Miranda Germano da Costa Mota – retificar a deliberação tomada pelo executivo, em 27/08/2019, a qual aprovou a cedência para domínio público, de uma área de 373,00m2, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m2, o que perfaz um valor total de € 1.865,00, arredondado para € 1.870,00, nos termos do CIMI, sendo a área a ceder será retirada de dois prédios rústicos, (e não de 1 prédio), registados na Conservatória do Registo Predial sob os nºs. 445 e 3473, ambos da Freguesia de Turcifal: 269,00m2 a retirar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo

Predial de Torres Vedras com o n.º 445, da Freguesia de Turcifal – (valor atribuído € 1.345,00) e 104,00m2 a retirar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 3473, da Freguesia de Turcifal - (valor atribuído € 520,00). -----

----- Ofício úmero 1261 de 6/03/2020: -----

----- Processo 00/4294/1978 – Requerimento n.º 6276/2019 – Pedacos da Natureza, Lda., parcela de terreno com a área total de 15,00m2, para requalificação da via pública, a retirar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 9344, da Freguesia de A-dos-Cunhados e inscrito na respetiva matriz da Autoridade Tributária e Aduaneira, sob o artigo 6794-P, da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m2, o que perfaz um valor total de € 75,00, arredondado para € 80,00, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI.

----- Ofício número 1421 de 8/04/2020: -----

----- 1 - Processo de Obras ED 457/2019 – Requerimento N.º EE 9545/2019 – Fernando Jorge Roque Aniceto dos Santos – Parcela de terreno com a área de 8,68m2 que serão retirados do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 3951 e inscrito na matriz sob o artigo 3451, da Freguesia de Turcifal, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m2, o que perfaz um valor total de € 43,40, arredondado, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, para € 50,00, parcela esta destinada a via pública. -----

----- 2 - Processo de Obras ED 550/2019 – Requerimento N.º 10474/2019 - Bárbara Henriques dos Santos - Parcela de terreno, com a área de 60,00m2, a retirar do prédio rústico, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 3788, da Freguesia de São Pedro da Cadeira, e inscrito na respetiva matriz sob o artigo 21, Secção “I”, da mesma freguesia, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m2, perfazendo um total de € 300,00. -----

----- 3 - Processo de Obras ED 571/2019 – Requerimento N.º ED 10767/2019 – Pedro João Norberto dos Santos – Parcela de terreno com a área de 132m2 a retirar do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 8547, da freguesia de Torres Vedras (São Pedro e Santiago) e inscrito na matriz sob o artigo 9676, da Freguesia de São Pedro e Santiago, Santa Maria e São Miguel, e Matacães, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m2, o que perfaz um valor total de € 660,00, para alargamento da via pública (Rua Casais do Aleixo). -----

----- 4 – Processo CT/151/2020 – Requerimento n.º 1279/2020 – Carlos Alberto Rodrigues Leonardo – parcela de terreno, situada no Casal das Amoeiras, Freguesia de Silveira, com a área de 75,00m2, a retirar do prédio urbano, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 3819, da Freguesia de Silveira, e inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 5061, da referida Freguesia, para benefício da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m2, perfazendo um total de € 375,00, arredondado, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, para € 380,00. -----

-----5 – Processo de obras CT 117/2020 – Requerimento n.º 1030/2020 – Rui Manuel Alves Iria - parcela de terreno, situada na Rua do Larochoa, Escaravilheira, Freguesia de São Pedro da Cadeira, com a área de 225,00m², a retirar do prédio rústico, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 1042, da Freguesia de São Pedro da Cadeira, e inscrito na respetiva matriz rústica sob o artigo 190, Secção “U”, da mesma freguesia, para benefício da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 1.125,00, arredondado, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, para € 1.130,00. -----

-----6 – Processo de obras ED 340/2019 – Requerimento n.º 7549/2019 – Gisela Maria das Neves Reis Benedito e Ilídio da Silva Domingos - parcela de terreno, situada na Rua do Arneiro, em Silveira, Freguesia de Silveira, com a área de 136,50m², a retirar do prédio urbano, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 6095, da Freguesia de Silveira, e inscrito na respetiva matriz sob o artigo 7767, da mesma freguesia, para requalificação do arruamento, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 682,50, arredondado, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, para € 690,00. -----

-----7 – Processo de obras ED 504/2019 – Requerimento n.º 10092/2019 – Eduardo Germano Franco - parcela de terreno, situada no Casal do Retiro Velho, em Mugideira, Freguesia de Turcifal, com a área de 208,60m², a retirar do prédio rústico, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 493, da Freguesia de Turcifal, e inscrito na respetiva matriz rústica sob o artigo 118, Secção “G”, da mesma freguesia, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 1.043,00, arredondado, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, para € 1.050,00. -----

----- Ofício número1731 de 29/04/2020: -----

----- 1 – Processo ED/335/2019 – Requerimento n.º 7451/2019 – Duarte Cláudio Ferreira – parcela de terreno, situada na União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, com a área de 8,00m², a retirar do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 2535 da freguesia de Maxial e descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 2961, da, União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 40,00. -----

-----2 – Processo ED/244/2019 – Requerimento 6190/2019 – António José Miranda Craveiro – parcela de terreno, situada na Rua das Piçarras, em Ribeira de Pedrulhos, Freguesia de Santa Maria, Sao Pedro e Matacães, com a área de 3,35 m², para requalificação da via pública, a retirar do prédio inscrito na matriz sob o art.º 9855, da Freguesia de São Pedro e Santiago, Santa Maria, São Miguel e Matacães, e descrito na conservatória do registo predial sob o n.º 2384 da mesma freguesia, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 16,75, arredondado, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, para € 20,00. -----

-----3 – Processo de Obras ED/397/2019 – Req.º 8627/2019 – Mónica Andreia Alves Raimundo - parcela com 247,00m2, para requalificação da via pública, a retirar do prédio urbano inscrito na matriz sob o art.º 2392 da União de Freguesias de Carvoeira e Carmões e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 2749, da União das Freguesias de Carvoeira e Carmões, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m2, perfazendo um total de € 1.235,00, valor este arredondado para € 1.240,00, nos termos do CIMI. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

4.1.2 - Proposta n.º 4/AM/2020 - Tomada de conhecimento de apoios a freguesias (autorização genérica da AM de 30/11/2018): -----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre atribuição de apoios às freguesias: -----

-----Ofício número 8541 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 23/012/2019 - deliberação do Executivo de 17/17/2109: -----

-----Freguesia do Turcifal: € 1.900,00 - Enfermagem Domiciliária; € 5.000,00 - Projeto para o 1º ciclo “Patatas na Escola”;€ 3.000,00 - Aquisição de terreno; e € 3.500,00 - Obras no cemitério paroquial

----- União de Freguesias do Maxial e Monte Redondo:€ 11.000,00 - Aquisição de equipamento para o Parque Desportivo; -----

----- União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira:€ 10.000,00 - Aquisição de carrinha;-----

----- Freguesia do Ramalhal:€12.880,00 - Aquisição de carrinha (1ª tranche de duas);-----

----- Freguesia da Silveira:€ 8.000,00 - Aquisição de carrinha (2ª tranche); -----

----- Freguesia da Freiria:€ 30.000,00 - Construção de infraestruturas no loteamento da Junta; -----

----- União das Freguesias de Dois Portos e Runa: € 20.000,00 - Aquisição de equipamentos para os parques de Dois Portos e Runa; e -----

----- Freguesia da Ponte do Rol:€ 17.500,00 - Aquisição de equipamentos para a “Casa dos Sabores”

-----Ofício número 1262 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 6/03/2020 - deliberação do Executivo de 03/03:-----

----- Freguesia do Turcifal:€ 24.000,00 - Obras no armazém e garagem da Junta;-----

----- Freguesia da Silveira:€ 8.000,00 - Aquisição de carrinha (3.ª tranche); e -----

----- Freguesia de São Pedro da Cadeira:€ 12.000,00 - Aquisição de viatura (2.ª tranche e última).

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

5 - PROPOSTA N.º 2/CM/2020 - 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2020: -----

----- Presente ofício número 646 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 5/02/2020, a remeter em conformidade com o deliberado pelo executivo em 4/02/2020 a proposta de alteração em título.

----- O **presidente da Câmara** informou que esta alteração visa fazer face às necessidades de pessoal na área da educação. -----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* disse que gostaria de perceber se esta alteração será suficiente para responder aos desafios que se vão colocar à escola dentro de muito em breve. -----

----- Trata-se de uma matéria bastante angustiante, não só pela multiplicação das ações de limpeza e desinfeção da escola, bem como a vigilância de grupos mais pequenos de crianças e jovens e nesse sentido como as alterações aos mapas de pessoal são morosos, questionou se esta questão já foi equacionada pelo Executivo, já que terá que haver reforço neste pessoal operacional. -----

----- O **presidente da Câmara** informou que têm vindo a trabalhar no reforço dos quadros de pessoal da autarquia nesta área, sendo que ficam sempre com bolsa de recrutamento para as necessidades dos agrupamentos de escolas.-----

----- A Assembleia Municipal, tendo presente a sua competência prevista alínea o), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, deliberou, por unanimidade aprovar a 1.ª alteração ao mapa de pessoal da câmara para 2020, que visa a criação dos seguintes postos de trabalho: 15 postos de trabalho de assistente operacional na divisão de educação e atividade física/ área de intervenção socio educativa, exigindo-se ao nível da habilitação académica a escolaridade obrigatória e 5 postos de trabalho de assistente técnico na divisão de educação e atividade física/ secção administrativa de educação e atividade física, exigindo-se ao nível da habilitação académica o 12.º ano de escolaridade ou curso equiparado. -----

6 - PROPOSTA N.º 16/CM/2020 – AUTORIZAÇÃO PARA EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZOS PARA FINANCIAMENTO DA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO RAMALHAL, ATÉ AO MONTANTE DE €5.170.000,00:-----

----- Presente ofício número 1034 da Câmara Municipal de 20/02/2020 a solicitar o agendamento do assunto em título, tendo em conta que o executivo em sua reunião de 18/02/2020, deliberou selecionar a proposta apresentada pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Torres Vedras, com taxa indexada à Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,43%, dado ser a instituição que apresenta um spread mais baixo, com periodicidade de pagamento trimestral. -----

----- O **presidente da Câmara** esclareceu que se trata de dar continuidade ao trabalho que têm vindo a desenvolver ao nível do parque escolar nas freguesias do concelho. -----

----- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* felicitou mais uma vez o município e todos os torrienses por esta empreitada e aproveitou para questionar o edil sobre a mobilidade prevista nas deslocações pedonal das crianças e de todos os intervenientes em contexto escolar para os estabelecimentos de ensino. -----

----- O **presidente da Câmara** esclareceu que se insere na estratégia da autarquia em termos de mobilidade suave em cooperação com as juntas de freguesia através da construção de passeios e rede de ciclovias. -----

----- No caso específico do Ramalhal as necessárias acessibilidades estão previstas entre o centro

da localidade e este novo equipamento.-----

----- O presidente da Junta de Freguesia do Ramalhal, **António Espírito Santo** disse que a questão da mobilidade é muito importante, assegurando que desde o centro do lugar até onde vai ser construída a escola há passeios pedonais e o projeto também prevê melhorias no espaço da escola.

----- Informou ainda que foi ouvido sobre a matéria e sendo conhecedor do local deu um contributo nesta área tendo em vista a mobilidade e a segurança.-----

----- A Assembleia Municipal, tendo presente a sua competência prevista na alínea f) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, autorizou por unanimidade, a contratação de empréstimo de médio/longo prazos para financiamento da construção da Escola Básica do Ramalhal, até ao montante de €5.170.000,00 à Caixa de Crédito Agrícola Mutuo de Torres Vedras, com taxa indexada à Euribor a 6 meses acrescida de um *spread* de 0,43% e periodicidade do pagamento trimestral.-----

7 - PROPOSTA N.º 3/CM/2020 - AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL - EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DE RESERVATÓRIOS - 1.ª FASE – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO:-----

----- Presente ofício número 645 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 5/02/2020, a remeter, de acordo com o deliberado, por unanimidade pelo executivo em sua reunião de 04/02/2020, o assunto em título, sugerindo que o montante fixado para cada ano económico apenas possa ser alterado na sequência da repartição de valores aquando da adjudicação ou do saldo que se apurar na execução orçamental do ano anterior e desde que, em ambos os casos, o encargo global previsto não seja ultrapassado, o qual tem o valor total de € 803.000,00 (sujeito inversão do IVA) para a 1.ª fase distribuído do seguinte modo: Ano de 2020 - € 28.000,00 (sujeito inversão do IVA, ano de 2021 - € 475.000,00 (sujeito inversão do IVA) e ano de 2022 - € 300.000,00 (sujeito inversão do IVA). ---

----- A Assembleia Municipal tendo presente a sua competência prevista na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na sua atual redação, deliberou por unanimidade, autorizar a assunção do compromisso plurianual da empreitada de reabilitação de reservatórios - 1.ª fase dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento no valor total de € 803.000,00 (sujeito inversão do IVA), distribuído do seguinte modo: Ano de 2020 - € 28.000,00, ano de 2021 - € 475.000,00 e ano de 2022 - € 300.000,00.-----

8 - AUTORIZAÇÃO PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS:-----

8.1 - PROPOSTA N.º 5/CM/2020 - FORNECIMENTO DE MISTURAS BETUMINOSAS AC 14 SURF LIGANTE (BB) E AC 14 REG LIGANTE (BC), AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO N.º 7/2018 – CENTRAL DE COMPRAS DA OESTECIM:-----

----- Presente ofícios 642, de 5/02/2020 e 1036, de 20/02/2020 a remeter o processo em título, de acordo com o deliberado pelo executivo, por unanimidade em 04/02/2020, para efeitos de

autorização de encargos, sendo o preço base do contrato de €1.425.000,00, acrescido de IVA , prevendo-se que a despesa fique repartida do seguinte modo: 2020 - € 610.000,00 + IVA, o que perfaz o valor de € 750.300,00, 2021 - € 815.000,00 + IVA, o que perfaz o valor de € 1.002.450,00.

-----A Assembleia Municipal tendo presente a sua competência prevista na alínea c), do n.º 1, do art.º 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06, deliberou por unanimidade autorizar a repartição de encargos, face às quantidades que se preveem necessárias e aos valores do Acordo Quadro, o preço base do contrato será até € 1.425.000,00, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, prevendo-se que a despesa fique repartida do seguinte modo: 2020 - € 610.000,00 + IVA, o que perfaz o valor de € 750.300,00, 2021 - € 815.000,00 + IVA, o que perfaz o valor de € 1.002.450,00.-----

8.2 - PROPOSTA N.º 17/CM/2020 – FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN), BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE) E MÉDIA TENSÃO (MT) – LOTE 4 – AGREGADO, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO N.º 4/2018 DA OESTECIM - RATIFICAÇÃO:-----

----- Presente ofício número 1037 de 20/02/2020, da Câmara Municipal de Torres Vedras, a remeter, de acordo com o deliberado pelo executivo em 18/02/2020, o processo em título para efeitos de deliberação quanto à repartição de encargos, no montante total de €448.199,52, ao qual acrescem, a componente da tarifa de acesso às redes, a componente de potência contratada, a componente de potência em horas de ponta e a componente de energia reativa ou outras taxas definidas por entidade reguladora, prevendo-se a seguinte repartição de encargos: 2020 - € 130.724,86, acrescido de IVA, o que perfaz o valor de € 160.791,58, 2021 - € 224.099,76, acrescido de IVA, o que perfaz o valor de € 275.642,70, 2022 - € 93.374,90, acrescido de IVA, o que perfaz o valor de €114.851,12.

-----A Assembleia Municipal, tendo presente a sua competência prevista na alínea c), do n.º 1, do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06 ratificou por unanimidade, o despacho do senhor presidente da Câmara de 16/06/2020, de autorização para repartição de encargos para o procedimento de “Fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em baixa tensão normal (BTN), baixa tensão especial (BTE) e média tensão (MT) – Lote 4 – agregado, ao abrigo do Acordo Quadro n.º 4/2018 da OesteCIM”.-----

-----Deliberou ainda autorizar a assunção do compromisso plurianual inerente ao processo e constante do projeto de decisão/adjudicação, em cumprimento do disposto no n.º 1, do art.º 6.º, da Lei n.º 8/12 de 21/02.-----

9 - PROPOSTA N.º 6/CM/2020 - ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA AMAGÁS - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA O GÁS:-----

----- Presente ofício número 647 de 05/02/2020 e 1184 de 3/03/2020 da Câmara Municipal de Torres Vedras, a remeter proposta de estatutos, para a devida autorização. -----

----- O **Presidente da Câmara** informou que se trata de alguns ajustes quanto ao trabalho

desenvolvido pelos vários municípios quanto à componente estatutária. -----

----- A Assembleia Municipal ao abrigo da sua competência prevista na alínea k) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2020 de 12/09, na sua atual redação, deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração dos estatutos da AMAGÁS - Associação de Municípios para o Gás, que visa adequar a sua atividade à atual realidade, passando a ser designada por AMIUC - Associação de Municípios com Infraestruturas Urbanas Concessionadas. -----

10 - PROPOSTA N.º 7/CM/2020 - AUTORIZAÇÃO PARA A ADESÃO DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS À REDE ARTEMREDE – TEATROS ASSOCIADOS: -----

----- Presente ofício número 644 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 05/02/2020 a remeter o processo em título, de acordo com o deliberado pelo executivo, em sua reunião de 04/02/2020, com vista à autorização por parte do Órgão Deliberativo, para a adesão do Município de Torres Vedras, à Rede Artemrede – Teatros Associados, em conformidade com os respetivos estatutos.-----

----- **O Presidente da Câmara** deu nota que o município já foi membro associado desta associação num determinado período, e neste momento entendem que estão reunidas as condições para voltarem a associar-se, tendo em vista a estratégia municipal delineada para a cultura, o trabalho da associação na sua componente formativa e para dispor de uma maior oferta cultural para todo o território. -----

----- O *deputado municipal Nuno Henriques* pegou nas palavras do edil quanto ao facto de Torres Vedras já ter pertencido a esta associação, para manifestar dúvidas se não deveria ter sido adida esta decisão. -----

----- Assinalou que a questão da oferta cultural já foi sempre colocada pelo PSD nos últimos 20 anos, tendo sido feito algum trabalho, nomeadamente a criação de novos públicos que se reverte para o facto de haver um mercado das indústrias culturais a funcionar por si.-----

----- Pensa que o Executivo pretenderá que haja uma oferta plural em Torres Vedras e que tem condições, sem ter necessidade de gastar com esta adesão, solicitando que haja uma reflexão por parte do PS, no sentido de repensar este modelo adiando a adesão para mais tarde, deixando o repto de deixar o mercado funcionar, sem ter a obrigatoriedade das escolhas da Artemrede. -----

----- O *deputado municipal Pedro Castelo* fez notar que esta adesão tem um custo de €21.000,00 numa primeira fase, ou seja €14.000,00 relativa à cota e €7.000,00 de subscrições obrigatórias, também questionando o edil se acha oportuno aderir agora. -----

----- Se fosse há três meses atrás questionaria qual era o retorno esperado depois deste investimento, em termos de programação. -----

----- No seguimento das intervenções anteriores o *deputado municipal Sérgio Jacinto* disse que mais importante do que discutir esta associação seria avaliar o custo/benefício das diversas associações que o município de Torres Vedras tem vindo a aderir, não entendendo nalgumas delas

qual a razão.-----

----- Concretamente considerou importante que o Executivo Municipal, fizesse uma avaliação exaustiva das várias associações que faz parte, numa perspetiva custo/benefício.-----

----- O **Presidente da Câmara** frisou que o Executivo delibera fazer parte de algumas associações, porque entende que é valor acrescentado para os torrienses, e, quando assim não é, terminam a participação, como já tem acontecido.-----

----- Neste caso, face à oferta cultural, pela possibilidade de colaboração com os vários municípios que fazem parte, pelo gerar de oportunidade e pela criação de dinâmicas no território de âmbito cultural em áreas que ainda não conseguiram atingir, esta reentrada permitirá a dinamização da criatividade e da indústria cultural local nas treze freguesias do concelho.-----

----- Estão convictos, apesar do momento que vivem, que este passo é importante, como mais um elemento aglutinador da cultura em Torres Vedras.-----

----- O *deputado municipal Nuno Henriques* pediu novamente a palavra para dizer que mudam-se os tempos, mudam-se as vontades e há novos paradigmas e há mudanças, lembrando que as pessoas nos próximos tempos não podem ir a espetáculos, pelo que a rentabilidade deste projeto pode ser questionável a curto/médio prazo.-----

----- A Assembleia Municipal, atenta a sua competência, prevista na alínea n), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2003, de 12/09, na sua atual redação, deliberou, por maioria de 21 votos a favor, 1 voto contra e 7 votos abstenções, autorizar a adesão à ARTEMREDE - Teatros Associados, como membro efetivo, em conformidade com os respetivos estatutos.-----

----- Anota-se que votou contra Pedro Castelo, abstiveram-se Rita Sammer, Luís Carlos Lopes, Nuno Henriques, Dina Almeida, Pedro Vaza, Ana Fiéis e Sérgio Jacinto, e estavam ausentes da sala, Marta Geraldese, João Pedro Gomes e Pedro Bernardes-----

11 - PROPOSTA N.º 8/CM/2020 - TOMADA DE CONHECIMENTO DA DECISÃO DE DISSOLUÇÃO - HYER - HYDROGEN FUEL CELLS AND ELECTRO-MOBILITY IN EUROPEAN REGIONS) - ASSOCIAÇÃO EUROPEIA PARA AS CÉLULAS DE HIDROGÉNIO E DE COMBUSTÍVEL E A MOBILIDADE ELÉTRICA:-----

----- Presente ofício número 643, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 05/02/2020, a dar conhecimento que a câmara, em sua reunião de 04/02/2020, tomou conhecimento da aprovação da proposta de dissolução da Hyer – Hydrogen Fuel Cells and Electro-Mobility in European Regions em Assembleia Geral, realizada no dia 12/12/2019, remetendo a informação relativa à dissolução da associação.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da decisão da dissolução da Hyer – Hydrogen Fuel Cells and Electro-Mobility in European Regions.-----

12 - PROPOSTA N.º 9/CM/2020 - NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: -

----- Presente ofício número 407, da Câmara Municipal de Torres Vedras, que em conformidade com o deliberado pelo executivo em 21/01/2020, solicita a eleição do presidente de junta de freguesia representante das freguesias do concelho e a posterior nomeação de todos os elementos constituintes do Conselho Municipal de Educação para o período coincidente com o atual mandato autárquico, de acordo com a proposta aprovada. -----

----- Tendo presente a competência da Assembleia Municipal prevista na alínea d), do n.º 1, do art.º 57.º, do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30/01, elegeu para representar as freguesias do concelho de Torres Vedras, Carlos Alberto Alves Gomes, Presidente de Junta de Freguesia de S. Pedro da Cadeira e nessa sequência nomeou o conselho com a seguinte constituição: -----

De acordo com o n.º 1 do art.º 57.º, do Decreto-lei n.º 21/2019: -----

----- a) Presidente da Câmara Municipal - Carlos Manuel Antunes Bernardes; -----

----- b) Presidente da Assembleia Municipal – José Augusto Carvalho; -----

----- c) Vereadora responsável pela Educação - Laura Maria Jesus Rodrigues; -----

----- d) Presidente de Junta de Freguesia, eleito pela Assembleia Municipal em representação das freguesias do conselho – Carlos Alberto Alves Gomes, presidente de Junta de Freguesia de S. Pedro da Cadeira; -----

----- e) Representante do departamento governamental responsável pela área da educação – Maria Eugénia Rodrigues Correia de Sousa; -----

----- f) Representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional respetiva - Vice-Presidente José Neto; -----

----- h) Os diretores de agrupamentos de escolas e de escolas não agrupadas da área do município – Maria Conceição Monteiro Milheiro (Agrupamento de Escolas Henriques Nogueira), Rita João de Maya Gomes Sammer (Agrupamento de Escolas Madeira Torres), Joaquim Pinto (Agrupamento de Escolas Padre Vítor Melícias) e Vítor Manuel Teodoro dos Santos (Agrupamento de Escolas de S. Gonçalo); -----

----- De acordo com o n.º 2, do art.º 57.º do Decreto-lei n.º 21/2019: -----

----- a) Representante das Instituições de Ensino Superior Público – Rita Cadima (Instituto Politécnico de Leiria); -----

----- b) Representante das Instituições de Ensino Superior Privado – Não existe esta oferta no concelho neste momento; -----

----- c) Representante do pessoal docente do Ensino Secundário Público – Cristina Isabel Almeida Santos (Agrupamento de Escolas de Madeira Torres) e em sua substituição Teresa Oliveira Fernandes Lopes Nunes (Agrupamento de Escolas de Henriques Nogueira); -----

----- d) Representante do pessoal docente do Ensino Básico Público - Amélia Maria Trindade Lourenço (Agrupamento de Escolas de S. Gonçalo); -----

- e) Representante do pessoal docente da Educação Pré-Escolar Pública – Margarida Antunes (Agrupamento de Escolas Padre Vítor Melícias);-----
- f) Um representante de cada um dos conselhos pedagógicos dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas – Secundino Oliveira (Agrupamento de Escolas Madeira Torres), Eugénia Póvoa (Agrupamento de Escolas São Gonçalo), Helena Figueiredo (Agrupamento de Escolas Padre Vítor Melícias), Eduardo Frutuoso (Agrupamento de Escolas Henriques Nogueira);-----
- g) Representante dos estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundários privados - Eduardo Castro (Escola Internacional de Torres Vedras); -----
- h) Representantes das Associações de Pais e Encarregados de Educação – Margarida Rosa (Associação de Pais Centro Educativo Ponde do Rol) e Rute Maria Gomes Santos (Associação de Pais Agrupamento Escolas S. Gonçalo);-----
- i) Representante das Associações de Estudantes – Beatriz Santos (Associação de Estudantes do Externato de Penafirme);-----
- j) Representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social que desenvolvam atividades na área da educação - Susana Livro (Creche do Povo);-----
- k) Representante dos Serviços Públicos de Saúde - Cecília Louzeiro (Centro Saúde de Torres Vedras);-----
- l) Representante dos Serviços de Segurança Social - Cidália Dores Lopes Soares;-----
- m) Representante do Instituto de Emprego e Formação Profissional – Carlos Pinto;
- n) Representante dos Serviços Públicos da área da Juventude e Desporto – Eduarda Maria Gomes Marques;-----
- o) Representantes das Forças de Segurança – Paulo Ricardo Oliveira Póvoa - Capitão, Comandante (GNR) e Chefe Fernando Nuno Franco Pereira (PSP);-----
- p) Representante do Conselho Municipal de Juventude – Édi Gomes. -----

13 - PROPOSTA N.º 10/CM/2020 - DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA O CARGO DE DIRETOR-DELEGADO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO:-----

----- Presente ofício número 146, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 13/01/2020, a dar conhecimento que, na sequência do pedido de cessação de funções de assessoria ao Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, interessa continuar a garantir a coordenação da atividade daqueles serviços por um dirigente de topo, pelo que é necessário iniciar o procedimento concursal para recrutamento para o cargo de Diretor-Delegado (cargo de direção intermédia) e nesta sequência, o executivo em sua reunião de 07/01/2020, deliberou ratificar o despacho do presidente da Câmara de 20/12/2019, através do qual deliberou, para efeitos do n.º 13.º, da Lei n.º 49/2012, de 29/08, na sua atual redação, propor à Assembleia Municipal a

constituição do júri do procedimento em causa, assim:-----

----- Presidente – Jorge Augusto Reis Martins – Diretor do Departamento de Estratégia da Câmara Municipal de Torres Vedras; Vogais - Sérgio Augusto Nunes Simões – Ex-Assessor na área de gestão, direção e administração dos SMASTV, personalidade de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal; e João Manuel Sousa Lúcio – Personalidade de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal.-----

----- *A deputada municipal Rita Sammer* disse que a composição do júri em causa merece a maior consideração, reconhecendo o mérito sem qualquer reserva.-----

----- Uma vez que já foi aprovado pelo Executivo Municipal a integração dos resíduos sólidos urbanos nos SMAS, estrutura que terá de ficar mais robusta, seria interessante o município dar um sinal deste novo perfil de competências, podendo ter um júri que trouxesse figuras de reconhecimento nacional, projetando o município que já tem expressão para tal.-----

----- Por uma questão de transparência o *deputado municipal Pedro Castelo* concordou com a colega que o antecedeu no sentido de que por vezes é necessário mudar as pessoas para não se tornarem no “júri residente” e o CDS-PP irá abster-se nesta escolha.-----

----- A Assembleia Municipal, tendo presente a sua competência prevista n.º 13.º, da Lei n.º 49/2012, de 29/08, na sua atual redação, deliberou, por maioria de 22 votos a favor e 7 abstenções, designar para júri do procedimento concursal para o cargo de Diretor-delegado dos Serviços de Água e Saneamento: Presidente – Jorge Augusto Reis Martins – Diretor do Departamento de Estratégia da Câmara Municipal de Torres Vedras; Vogais - Sérgio Augusto Nunes Simões – Ex-Assessor na área de gestão, direção e administração dos SMASTV, personalidade de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal; e João Manuel Sousa Lúcio – Personalidade de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal.-----

----- Anota-se que se abstiveram PCP, CDS-PP, Rita Sammer, Luis Carlos Lopes, Nuno Henriques e Ana Fiéis e não se encontravam na sala Marta Geraldês e Dina Almeida.-----

14 - PROPOSTA N.º 11/CM/2020 - ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS PARA ADEQUAÇÃO AO REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE):-----

----- Presente ofício número 406, da Câmara Municipal de Torres Vedras, a remeter, de conformidade com o deliberado pelo executivo em sua reunião ordinária de 21/01/2020, a proposta de alteração em título, para submissão à Assembleia Municipal.-----

----- O **Presidente da Câmara** esclareceu que em causa estavam 7 unidades agropecuárias, de modo a dar continuidade aos processos.-----

----- A Assembleia Municipal tendo presente a sua competência prevista no n.º 1, do art.º 90.º, do Decreto-Lei, n.º 80/2015 de 14/05, aprovou por maioria de 29 votos a favor e 2 abstenções a

alteração ao Plano Diretor Municipal de Torres Vedras para adequação ao Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), sob proposta do Executivo Municipal, aprovada em 21/01/2020, que faz parte integrante do processo. -----

----- Anota-se que se absteve Teresa Oliveira e João Rodrigues -----

15 - PROPOSTA N.º 12/CM/2020 - RATIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA EQUIPAMENTO/SERVIÇOS DE APOIO À 3.ª IDADE – CASAL CHOFRAL - UNIÃO DE FREGUESIAS DE A-DOS-CUNHADOS E MACEIRA, REQUERIDA POR MARIA LUCÍLIA BERNARDES GOMES – PROCESSO IP 79/2019: -----

----- Presente ofício número 8540, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 23/12/2019, a remeter o processo em título para efeitos de ratificação, tendo em conta que o executivo em sua reunião de 17/12/2019, deliberou, por unanimidade, considerar o pedido de informação prévia, de interesse municipal enquadrando-se no regime de exceção, previsto no art.º 130.º do regulamento do PDMTV.

----- A Assembleia Municipal, em cumprimento do art.º 130.º do regulamento do PDMTV, ratificou por maioria, de 27 votos a favor e 1 abstenção a declaração de Interesse Municipal para equipamento/serviços de apoio à 3.ª idade – Casal Chofral - União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, requerida por Maria Lucília Bernardes Gomes – Processo IP 79/2019. -----

----- Anota-se que se absteve Nuno Henriques e encontravam-se ausentes da sala Marta Geraldese, Dina Almeida e Natalina Luís -----

16 - PROPOSTA N.º 13/CM/2020 – RATIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA CONSTRUÇÃO DE PARQUE VERDE – CASAL DO FENO – FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA CADEIRA REQUERIDA POR FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA CADEIRA – PROCESSO OM 14/2019: -----

----- Presente ofício número 200, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 10/01/2020, a remeter o processo em título para efeitos de ratificação, tendo em conta que o Executivo Municipal em sua reunião de 07/01/2020, deliberou, por unanimidade considerar o pedido a que se refere o processo em título, de interesse municipal, para efeitos de instrução de processo junto da Entidade Regional da Reserva de Lisboa e Vale do Tejo, conforme exigido no n.º 3 do art.º 12.º do Anexo I da portaria n.º 162/2011, de 18/04. -----

----- A Assembleia Municipal, conforme exigido no n.º 3 do art.º 12.º do Anexo I da portaria n.º 162/2011, de 18/04, deliberou, por unanimidade ratificar a Declaração de Interesse Municipal para construção de parque verde – Casal do Feno – Freguesia de São Pedro da Cadeira requerida por Freguesia de São Pedro da Cadeira – Processo OM 14/2019. -----

----- Anota-se que se ausentou na durante a discussão e votação Carlos Gomes. -----

17 - PROPOSTA N.º 15/CM/2020 – PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS – LEI

N.º 123/2019 DE 18/10 QUE ALTERA O DECRETO- LEI N.º 220/2008 DE 12/11:-----

----- Presente ofício número 1033, da Câmara Municipal de Torres Vedras, a dar conhecimento, de conformidade com o deliberado pelo executivo em sua reunião de 18/02/2020, da informação da área jurídica datada de 12/02/2020, a qual faz o enquadramento legal da Lei n.º 123/2019 de 18/10, que vem concretizar o quadro de transferências para os órgãos municipais no domínio da segurança contra incêndios, aprovando a terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12/11, dando nota que ao contrário do que sucede com outros diplomas sectoriais, o diploma não prevê a recusa da transferência de competências pela Assembleia Municipal, nem fixa um prazo para tal, prevendo-se sim a implementação dos requisitos necessários ao exercício das competências, pelo que até 01/01/2021, os serviços municipais devem capacitar-se para o exercício das mesmas. -----

----- O **Presidente da Câmara** fez uma breve introdução tendo de imediato sido dada a palavra à Assembleia para se pronunciar. -----

----- O *deputado municipal* **Sérgio Jacinto** referiu-se à alínea c) do n.º 4 da informação disponibilizada, quanto a ser necessário assegurar de forma célere a formação em segurança contra incêndios, questionando quantos técnicos estão a falar. -----

----- O **presidente da Câmara** informou que atualmente têm um técnico credenciado para o efeito e estão a preparar formação para mais um. -----

----- Na sequência do que disse o colega do TnL o *deputado municipal* **Nuno Henriques** questionou se não era altura de o município ter uma equipa municipal de bombeiros sapadores, para ajudar a fazer face aos problemas. -----

----- Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Augusto Carvalho, a aprovação da minuta da ata da sessão, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

----- Pelas 24:35 horas, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
